



Engenharia

# Adaptação dos Postos de Ensino para Habitação

**Rui Manuel da Costa Souto**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Miguel João Mendes do Amaral Santiago  
Fernandes

**Covilhã, fevereiro de 2017**



## AGRADECIMENTOS

À minha família que sempre me ajudou e apoiou nesta etapa da minha vida, especialmente à Sandra que me amparou nos maus e bons momentos que surgiram no meu percurso académico.

Ao Prof. Santiago que me guiou e ajudou na elaboração da minha Dissertação de Mestrado.

A todos os meus amigos e colegas de curso e da universidade.

A todos, Obrigado!



## RESUMO

O tema da reabilitação está cada vez mais presente na vida de um arquiteto da atualidade. Ao observarmos o património arquitetónico Português, deparamo-nos com um panorama de edifícios públicos e particulares num estado de degradação elevado. Devido a este panorama o arquiteto da atualidade vê-se na obrigação de tentar manter e reabilitar o património. Neste contexto, entre os edifícios públicos encontramos as antigas escolas primárias portuguesas, construídas pelo Estado Novo, as quais se apelidavam de Postos de Ensino.

Nesse sentido, observamos e estudamos a evolução dos Postos de Ensino desde a criação, o apogeu, o declínio e como se encontram na atualidade de forma a entendermos o porquê de algumas adaptações feitas às escolas.

A adaptação dos postos de ensino é um fator importante, visto que a ideia principal era o ensino, mas nos dias de hoje encontramos adaptações como, juntas de freguesias, espaços de convívio e hotelaria, mas muito raramente observamos adaptações para habitação.

Dessa forma, a presente dissertação sublinha a recuperação, reabilitação, reutilização e adaptação como forma alternativa de moldar o espaço que outrora foi uma escola primária. Partindo destes princípios, a dissertação justifica o processo de adaptação da habitação no edifício da antiga Escola Primária de Sete Fontes, na freguesia de Beiral do Lima, no concelho de Ponte de Lima.

## Palavras-chave

Património - Escolas Primárias - Postos de Ensino - Recuperação - Reabilitação  
- Adaptação - Habitação



## **ABSTRACT**

The theme of rehabilitation is increasingly in the life of an architect of today. When we look at the Portuguese architectural heritage, we come across a panorama of public and private buildings in a state of high degradation. Due to this panorama the architect of the present time, sees itself in the obligation of trying to maintain and rehabilitate the patrimony. In this context, among the public buildings that we find the old Portuguese primary schools, built by the Estado Novo, which they called Teaching Posts.

We observe and study the evolution of the Teaching Posts since creation, apogee, decline and how they are nowadays in order to understand why some of the adaptations made to schools.

The adaptation of the teaching posts is an important factor, since the main idea was teaching, but nowadays we find adaptations such as parish councils, living spaces and hotels, but we rarely observe adaptations for housing.

The present dissertation underlines the recovery, rehabilitation, reuse and adaptation as an alternative way to shape the space that was once a primary school. Based on these principles, the dissertation justifies the process of adaptation of the housing in the building of the former Primary School of Sete Fontes, in the parish of Beiral do Lima, in the municipality of Ponte de Lima.

### **Keywords**

Heritage - Primary Schools - Teaching Post's - Recuperation - Rehabilitation - Adaptation - Habitation



# ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>NOTAS INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>1</b>
1.1	Objetivos .....	2
1.2	Metodologia .....	3
<b>2.</b>	<b>CRIAÇÃO DOS POSTOS DE ENSINO EM PORTUGAL .....</b>	<b>6</b>
2.1	Estado Novo.....	7
2.2	Ideologia dos “Postos de Ensino” .....	10
2.3	Construção dos Postos de Ensino .....	12
2.4	Plano dos Centenários – Tipos de Postos de Ensino .....	15
<b>3.</b>	<b>REABILITAÇÃO E ADAPTAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
3.1	Reabilitação e adaptação dos “Postos de Ensino”; Sector Público .....	25
3.2	Reabilitação e adaptação dos “Postos de Ensino”; Sector Privado .....	27
<b>4.</b>	<b>REABILITAÇÃO ARQUITETÓNICA .....</b>	<b>31</b>
4.1	Reabilitação Arquitetónica.....	32
4.1.1	Segurança Contra Incêndios .....	33
4.1.2	Conforto Térmico.....	34
4.1.3	Conforto Acústico .....	35
<b>5.</b>	<b>ESCOLA PRIMÁRIA DE SETE FONTES .....</b>	<b>36</b>
5.1	Enquadramento.....	37
5.1.1	Escola Primária do lugar da Armada.....	39
5.2	Escola Primária de Sete Fontes .....	40
<b>6.</b>	<b>PENSAMENTO DE SELEÇÃO .....</b>	<b>42</b>
6.1	Origem .....	43
6.2	Recolha de informação .....	43
6.3	Formalização da ideia .....	44
<b>7.</b>	<b>LEVANTAMENTO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE SETE FONTES .....</b>	<b>46</b>
7.1	Levantamento da Escola .....	47
7.1.1	Implantação .....	49
7.1.2	Planta da Escola .....	49
7.1.3	Planta da cobertura .....	50
7.1.4	Alçado Sul .....	50

7.1.5	Alçado Norte.....	51
7.1.6	Alçado Este .....	51
7.1.7	Alçado Oeste.....	52
<b>8.</b>	<b>PROPOSTA DA ADAPTAÇÃO DOS “POSTOS DE ENSINO” PARA HABITAÇÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>8.1</b>	<b>Programa .....</b>	<b>54</b>
<b>8.2</b>	<b>Proposta de intervenção .....</b>	<b>55</b>
8.2.1	Planta.....	55
8.2.2	Alçados do edifício.....	70
8.2.3	Arranjos exteriores .....	72
<b>9.</b>	<b>NOTAS CONCLUSIVAS .....</b>	<b>74</b>
9.1	Conclusão .....	75
<b>10.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>77</b>
<b>11.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>80</b>
11.1	Anexo I . Decreto-lei de 29 de Março de 1911 .....	81
11.2	Anexo II . Decreto-lei de 29 de Setembro de 1919 .....	81
11.3	Anexo III . Decreto-lei de 17 de Maio de 1927 .....	82
11.4	Anexo IV . Decreto-lei nº 38 968 de 27 de Outubro de 1952 .....	82
11.5	Anexo V . Decreto-lei nº 38 969 de 17 de Maio de 1927 .....	83
11.6	Anexo VI. Plano dos Centenários.....	84
11.7	Anexo VII . Direcção-Geral das Construções Escolares .....	85

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Posto de Ensino de São Salvador, Póvoa do Varzim

Retirada as 17:00, dia 1 de novembro de 2016, do endereço de web:

<http://1.bp.blogspot.com/-heGvqx2R5qQ/UHXgdhDruOI/AAAAAAAAAGDo/84Wgfjd4KNw/s320/Escola+de+S+Salvador+-+Terroso.jpg>

**Pág. 9**

Figura 2 - Capa do Plano de Educação Popular

Retirada as 16:59, dia 1 de novembro de 2016, do endereço de web:

[http://biblio.esse.ipcb.pt/images/stories/capas\\_csf/plano\\_de\\_educa%C3%A7%C3%A3o\\_popular.jpg](http://biblio.esse.ipcb.pt/images/stories/capas_csf/plano_de_educa%C3%A7%C3%A3o_popular.jpg)

**Pág. 10**

Figura 3 - Alçados dos Postos de Ensino mencionados no plano dos Centenários

Retirada as 17:10, dia 2 de novembro de 2016, do endereço de web:

[https://lh3.googleusercontent.com/-q7\\_dXkdVSVI/UP3VX57CVNI/AAAAAAAAAGXI/zE6Z9sWRUes/s800/plano\\_centenarios\\_delisboa.jpg](https://lh3.googleusercontent.com/-q7_dXkdVSVI/UP3VX57CVNI/AAAAAAAAAGXI/zE6Z9sWRUes/s800/plano_centenarios_delisboa.jpg)

**Pág. 11**

Figura 4 - Escola de Rua, Arrifana, Feira, Aveiro Edifício de três salas

Retirada as 18:17, dia 7 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias)

**Pág. 16**

Figura 5 - Escola Masculina nº. 3 de Vila do Conde, Porto Edifício Escolar de quatro salas simples

Retirada as 18:18, dia 7 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1971)

**Pág. 16**

Figura 6 - Escola de Fontes, Santa Marta de Penaguião, Vila Real Edifício Escolar de quatro salas

Retirada as 18:19, dia 7 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1972)

**Pág. 17**

Figura 7 - Escola de Cimo da Vila, Ovar, Aveiro Edifício de duas salas, gémeo

Retirada as 18:20, dia 7 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1969)

**Pág. 18**

Figura 8 - Escola de S. Silvestre, Bunheiro, Mortosa, Aveiro Edifício de quatro salas, simples

Retirada as 18:21, dia 7 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1973)

**Pág. 18**

**Figura 9 - Escola de Dornelas, Aguiar da Beira, Guarda Edifício de três salas**

Retirada as 18:22, dia 7 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1973)

**Pág. 19**

**Figura 10 - Escola de Vila Nova da Rainha, Azambuja, Lisboa Edifício de duas Salas gémeas**

Retirada as 15:24, dia 8 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1970)

**Pág. 20**

**Figura 11 - Escola de Ordem, Concelho da Marinha Grande, Distrito de Leiria Edifício de duas salas gémeas**

Retirada as 15:31, dia 8 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1969)

**Pág. 20**

**Figura 12 - Escola de Velada, S. Matias, Nisa, Portalegre Edifício de uma sala**

Retirada as 15:35, dia 8 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1971)

**Pág. 21**

Figura 13 - Escola de S. António, Freguesia da Sé, Concelho e Distrito de Évora  
Retirada as 16:06, dia 8 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral do Equipamento Escolar, 1969)

**Pág. 22**

Figura 14 - Escolas de Castro Marim, Distrito de Faro

Retirada as 16:35, dia 8 de novembro de 2016, da tese de mestrado:

POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, (Arquivo Direção-geral das Construções Escolares)

**Pág. 22**

Figura 15 - Levantamento da Escola Primária de Sete Fontes, da Freguesia de Beiral do Lima do Conselho de Ponte de Lima

**Pág. 26**

Figura 16 - Alçado Principal do Edifício Lugar das Letras, Gouvães do Douro, Sabrosa, Vila Real

Retirada as 17:17, dia 15 de novembro de 2016, do endereço de web:

[http://www.lugardasletras.com/wp-content/uploads/2014/10/08\\_piscina.jpg](http://www.lugardasletras.com/wp-content/uploads/2014/10/08_piscina.jpg)

**Pág. 28**

Figura 17 - Interior do Edifício Lugar das Letras, Gouvães do Douro, Sabrosa, Vila Real

Retirada as 17:54, dia 15 de novembro de 2016, do endereço de web:

[http://www.lugardasletras.com/wp-content/uploads/2014/10/02\\_comodidades.jpg](http://www.lugardasletras.com/wp-content/uploads/2014/10/02_comodidades.jpg)

**Pág. 29**

Figura 18 - Alçado tardoz do Edifício Lugar das Letras, Gouvães do Douro, Sabrosa, Vila Real

Retirada as 18:00, dia 15 de novembro de 2016, do endereço de web:

[http://www.lugardasletras.com/wp-content/uploads/2014/10/07\\_piscina.jpg](http://www.lugardasletras.com/wp-content/uploads/2014/10/07_piscina.jpg)

**Pág. 30**

Figura 19 - Planta de identificação do local

**Pág. 37**

Figura 20 - Evolução do número de habitantes de Beiral do Lima

Retirada as 20:30, dia 28 de novembro de 2016, do endereço de web:

<https://lh3.googleusercontent.com/EZw40iP21BI5wGe61nL-Y68ndaZuLZqxPcJvno1ykhTKLJlu-YUSzuN5sUfvNP3tkwogCHO=s114>

**Pág. 37**

Figura 21 - Localização das duas escolas primárias de Beiral do Lima

**Pág. 38**

Figura 22 - Escola Primária do Lugar da Armada, Beiral do Lima

**Pág. 39**

Figura 23 - Escola Primária do Lugar de Sete Fontes, Beiral do Lima

**Pág. 40**

Figura 24 - Alçados da Escola Primária de Sete Fontes

**Pág. 47**

Figura 25 - Esquços da Escola Primária de Sete Fontes

**Pág. 48**

Figura 26 - Planta da implantação, sem escala

**Pág. 49**

Figura 27 - Planta da escola, sem escala

**Pág. 49**

Figura 28 - Planta de Cobertura, sem escala

**Pág. 50**

Figura 29 - Alçado Principal, (Sul) sem escala

**Pág. 50**

Figura 30 - Alçado Tardoz, (Norte) sem escala

**Pág. 51**

Figura 31 - Alçado lateral direito, (Este) sem escala

**Pág. 51**

Figura 32 - Alçado lateral esquerdo, (Oeste) sem escala

**Pág. 52**

Figura 33 - T3 - Processo de desenvolvimento, Hall de entrada

**Pág. 55**

Figura 34 - T3 - Processo de desenvolvimento, Sala e Cozinha

**Pág. 57**

Figura 35 - T3 - Processo de desenvolvimento, Quartos

**Pág. 60**

Figura 36 - T3 - Instalação Sanitária, completa

**Pág. 62**

Figura 37 - T3 - Instalação Sanitária

**Pág. 63**

Figura 38 - T2 - Processo de desenvolvimento, Sala, Cozinha, Quarto e W.C.

**Pág. 65**

Figura 39 - T2 - Processo de desenvolvimento, quarto c/ i.s.

**Pág. 67**

Figura 40 - T2 - Instalação Sanitária, completa

**Pág. 68**

Figura 41 - T2 - Instalação Sanitária, serviço

**Pág. 69**

Figura 42 - Proposta - Alçado principal, (Sul) sem escala

**Pág. 70**

Figura 43 - Proposta - Alçado tardoz, (Norte) sem escala

**Pág. 71**

Figura 44 - Proposta - Alçado lateral direito, (Este) sem escala

**Pág. 71**

Figura 45 - Proposta - Alçado lateral esquerdo, (Oeste) sem escala

**Pág. 72**

Figura 46 - Proposta - Arranjos exteriores

**Pág. 73**



## **1. NOTAS INTRODUTÓRIAS**

## 1.1 Objetivos

Com envelhecimento, o evoluir dos tempos e dos meios de ensino, e das infraestruturas que o completam, foram-se desenvolvendo com o decorrer das épocas e pela necessidade, novos edifícios dedicados à educação do sector primário. Com a criação destes edifícios, novas Escolas Primárias, as antigas escolas criadas pelo Estado Novo, designadas “Postos de Ensino”, foram confinadas ao abandono ou então a um novo tipo de funcionalidade.

Durante o decorrer deste processo de passagem de ofícios dos “Postos de Ensino”, para os novos edifícios das Escolas Primárias, e com novos objetivos para as Antigas Escolas Primárias, foram surgindo vários estudos sobre estes “Postos de Ensino”. Entre estes estudos, os que mais se revelam, são análises sobre a necessidade da criação dos “Postos de Ensino”, como as suas variadas formas de organização do espaço, questões de qualidade térmica do edifício, questões formais da reabilitação destes e a distribuição das escolas pelo país. Contudo, todas estas análises acabam por evoluir todas no mesmo sentido.

Mas a necessidade de novos espaços e a crise económica fez-se sentir. O Estado Português foi obrigado a converter estes edifícios para as suas necessidades do momento económico que se fazia difícil, onde foi vendendo algumas das antigas escolas e outras, foi reabilitando conforme a necessidade, e aqui surgiram duas novas vertentes da utilização destes edifícios. Os processos da nova funcionalidade, foram entregues às autarquias pertencentes das várias escolas. Cada Município foi encarregue de vender, organizar e reabilitar cada um dos seus edifícios e duas vertentes surgiram, a vertente pública e privada.

Na vertente pública observamos que as antigas escolas foram reabilitadas para espaços internet, juntas de freguesia, casas sociais e centros de dia, onde cada Município desenvolve projetos para estes fins. Na vertente privada houve um maior desenvolvimento e exploração dos edifícios mas, ao mesmo tempo, também fez com que alguns edifícios ficassem ao abandono. Este caso em particular, que levou os edifícios à ruína, foi devido à posterior falta de verbas

e programas para os edifícios da parte particular, fazendo com que estes ficassem esquecidos. Outro caso acontece em algumas localidades mais remotas, onde a população se une e compra o edifício à autarquia pertencente e depois são utilizados para bares e locais de convívio para a população residente. Os melhores casos de ocupação, utilização e reabilitação destes espaços, partiu da iniciativa dos particulares que adquiriram estes edifícios, onde entregaram as propostas a Gabinetes de Arquitetura, que posteriormente aplicaram vários programas para a utilização estes edifícios, como restaurantes, casas de Turismo, adegas e sedes de empresas.

Com todos estes factos, presenciámos vários casos de estudos para os “Postos de Ensino”, mas entre os mais variados tipos de programas utilizados, pelo sector público e privado, não nos deparamos com um programa que empregasse a habitação coletiva nestes edifícios. Deste modo utilizaremos este programa que ainda não foi explorado para justificar mais um tipo de adaptação deste tipo de edifícios, para que estes não desapareçam pelo avanço e esquecimento das populações.

Neste contexto pretende-se desenvolver uma proposta fundamentada em alguns aspetos arquitetónicos, como a reabilitação e, ao mesmo tempo, mantendo todos os aspetos que nos interligam com o passado do edifício, incrementando uma proposta exequível para a adaptação dos Postos de Ensino para Habitação.

## **1.2 Metodologia**

A informação para a elaboração da nossa Dissertação de Mestrado de Arquitetura, terá como fundamento, dados recolhidos em Dissertações de Mestrado e livros, que abordam o tema das antigas Escola Primárias. Vamos servir-nos também, de dados facultados pelo Município de Ponte de Lima e também pelos resultados obtidos na análise de campo.

A partir da leitura e análise das variadas teses e livros, iniciaremos a redação da parte teórica da Dissertação. A partir deste ponto, abordaremos e discriminaremos toda a matéria de estudo que absorvemos durante a análise posterior, de modo a redigirmos a Dissertação de Mestrado.

O propósito da construção destas Escolas Primárias, partiu da iniciativa do Estado Novo. Como foi devido a esta identidade que estes edifícios surgiram, tomamos do princípio que devíamos estudar um pouco o “pensar” que levou o Estado Novo a criar as Escolas Primárias, ao qual lhes chamou de “Postos de Ensino”.

Posto isto, as Escolas antes de serem construídas por todo o país, tiveram um desenvolvimento prévio. Esse desenvolvimento, deve ser estudado, pois ao analisarmos esse processo da evolução de como foram criadas as diversas formas dos edifícios que encontramos por todo o país, vamos compreender o porquê de alguns aspetos.

Conforme nos vamos aprofundando no tema, conseguimos localizar vários casos de estudo onde reabilitaram e deram novas funcionalidades às Escolas Primárias que foram abandonadas. A partir destes casos, iremos estudar de modo a entendermos até onde podemos reabilitar o edifício e manter os aspetos físicos que o identificam como uma antiga escola.

Consoante vamos evoluindo no tema e, ao mesmo tempo, no nosso caso de estudo para a Dissertação de Mestrado é um edifício abandonado, uma antiga Escola Primária, devemos inteirar-nos sobre as várias maneiras de reabilitar os edifícios, de modo a compreendermos, o que é o edifício existente e o que foi reabilitado. Compreender também as tipologias resultantes dos edifícios que anteriormente tinham outra função, como comércio, indústria, armazéns e se adaptaram para uma nova funcionalidade, habitação.

Posto isto, no decorrer da elaboração da parte prática da Dissertação, utilizaremos como referência, vários casos de estudo sobre a reabilitação

Arquitetónica e também em estudos sobre a climatização das antigas Escolas Primárias.

A primeira fase que completa a parte prática da Dissertação, passa pelo enquadramento Histórico sobre o edifício em que vamos intervir. Estudaremos a sua história, o porquê da sua construção e quantas gerações por ali passaram.

Seguidamente à abordagem sobre a história, criaremos um programa que seja favorável ao edifício, onde justificaremos o modo de como a habitação surge no edifício, como se decompõem no seu interior e as tipologias resultantes.

Após a criação do programa, devemos analisar o local de intervenção, ver os pontos negativos e os pontos positivos do local, como a sua orientação solar, o estado em que se encontra, se está muito ou pouco degradado, de modo a vermos, qual será a melhor solução para reabilitar e até que ponto deveremos intervir.

Logo, à identificação de todos os aspetos, devemos absorvê-los, moldá-los, redesenhá-los, recriá-los de modo a que permita de certa forma, a conceção de uma proposta, onde o edifício da antiga Escola Primária seja readaptado numa habitação, mantendo todas as suas características que o completam.

Contudo, como já foi mencionado anteriormente, devemos ter em conta, todos os aspetos formais e estéticos, apenas reformulando o interior do edifício. Tendo um certo cuidado ao tratar o edifício, de modo a não alterar a sua forma existente, para isso aplicaremos várias questões técnicas e construtivas, para que o edifício seja readaptado para uma habitação e que seja possível de habitar.

## **2. CRIAÇÃO DOS POSTOS DE ENSINO EM PORTUGAL**

## 2.1 Estado Novo

A reforma do sector Primário, havia começado em anos anteriores ao Estado Novo, com a Primeira República, mas nunca houve grandes mudanças. Com a entrada do Estado Novo no Governo Português em 1933, começaram algumas reformas no Estado e uma delas foi a do sector primário, que até à época estava muito desatualizado.

A primeira tentativa de mudança no sector público primário começara em 1911, tendo sido publicada por Decreto-lei de 29 de março de 1911, (ver anexo I) e posteriormente anos mais tarde é completado por um novo Decreto-lei de 29 de setembro de 1919, (ver anexo II).

Com fim da Primeira República a 28 de maio de 1926, devido a um golpe militar levado a cabo pelo General Gomes da Costa, este tendo sido apoiado e bem-recebido pela população Portuguesa. A população estava descontente e cansada da instabilidade parlamentar e governativa.

Após o êxito do golpe de estado levado a cabo pelo General Gomes da Costa, o Comandante Mendes Cabeçadas, é cabeça de um governo ditatorial, dando início a um novo governo. No ano seguinte ao golpe de estado e ao início da Ditadura, a 17 de maio 1927, é promulgado um novo Decreto-lei, (ver anexo III) onde existe uma nova vontade de mudança no ensino, mas desta vez de forma global, abrangendo o sector primário. Esta é a primeira grande reforma do Ensino Português.

Uma grande instabilidade política, consecutivos protestos e revoltas da população surgem durante o intervalo de 1926 e 1928. A população ficou revoltosa devido à aplicação de medidas opressoras dos direitos fundamentais, como a censura, prisões políticas para quem se oponha ao Governo.

No dia 27 de abril de 1928, dá-se um momento importante para o futuro do Estado Novo. Esse momento é devido a um Professor Universitário de Coimbra, António de Oliveira Salazar, nesse dia assume o papel de Ministro das Finanças. Pouco tempo depois, devido a agitações que se procediam na altura, abandonou o cargo de Ministro das Finanças, voltando em 1929 a retomar o cargo, exigindo novas condições para este cargo.

Três anos mais tarde, a 5 de junho de 1932, marca um dos pontos mais altos da sua carreira, António de Oliveira de Salazar assume o papel de Presidente do Conselho de Ministros. Durante um período de aproximadamente quarenta anos, nasce um Governo em Portugal, onde tem como fundamento um poder absolutista e fundamentalista. A este novo Governo se nomeia de “Estado Novo”.

O Estado Novo cria a sua própria ideologia para o futuro da população portuguesa, fazendo-se uso da censura na mídia da época. O conceito desta ideologia era a ignorância. Para levar o conceito da ignorância avante, o Estado Novo viu-se obrigado a reduzir a escolaridade mínima obrigatória, mas ao mesmo tempo combatendo o analfabetismo da população ensinando os novos valores do estado, de modo a não produzirem ideias contrárias ao governo. Em 1931, mais precisamente a 30 de novembro, o Estado Novo, lança um novo projeto, a criação dos Postos de Ensino, (figura 1, ver abaixo).



*Figura 1 - Posto de Ensino de São Salvador, Póvoa do Varzim*

Os Postos de Ensino, designados as novas escolas primárias criadas pelo Estado Novo, têm como função combater o analfabetismo e, ao mesmo tempo, limitar o conhecimento da população, de modo a não criarem noções contrárias ao governo. Para que este conceito funcionasse o Estado precisava de docentes à altura dos ideais do Governo de Salazar. Os docentes, agora chamados de “Regentes Escolares” eram selecionados com o parecer do Ministério da Instrução Pública, para esse efeito, o ministério regia as Autarquias Municipais, que ficaram responsáveis pelas condições e bom funcionamento dos Postos de Ensino segundo os novos ideais do Estado Novo.

Em 1952 o Governo concebe um Plano de Educação Popular, (figura 2) onde constam dois Decretos-lei de 27 de outubro de 1952. O Decreto-lei nº 38 958 do Ministério da Educação, (ver anexo IV) e o Decreto-lei 38 969 do Ministério da Educação Nacional, (ver anexo V). Entre estes, relatórios, notas e despachos foram também publicados neste Plano para combater o analfabetismo nacional. O processo de criação do Plano de Educação Popular, foi sofrendo sucessivos ajustamentos, devido às ideologias políticas da altura, mas também devido à flexibilidade orçamental do Estado, principalmente quando se atribui ao parque escolar e a organização deste.

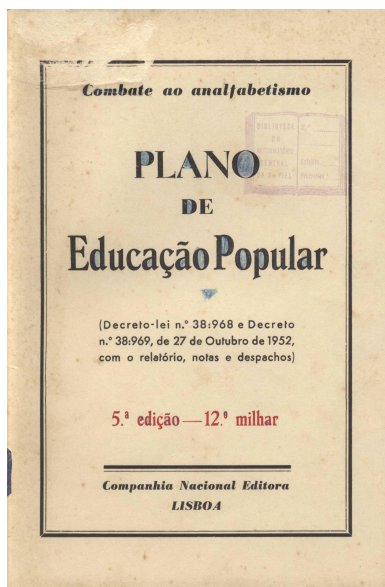


Figura 2 - Capa do Plano de Educação Popular

Neste contexto e com todos estes acontecimentos, o Estado Novo empregou com clareza a sua postura em relação ao Ensino Primário no qual os Postos de Ensino eram importantes para o futuro do funcionamento do Estado Novo, fazendo destes edifícios uma arma para o controlo do conhecimento da População Portuguesa.

## 2.2 Ideologia dos “Postos de Ensino”

O edifício à qual se chama Posto de Ensino, nome designado pelo Estado Novo, só foi idealizado, quando o estado cria duas entidades públicas a Direção Técnica de Construções Escolares e a Direção Geral da Instrução Pública. Estas duas entidades vão estudar e elaborar uma nova rede nacional de edifícios escolares.

Inicia-se a 1940 uma nova etapa de edificações para albergar o Ensino Primário, o “Plano dos Centenários”, (ver anexo VI). Durante os anos 40, começam as construções das novas escolas (figura 3), respeitando um sistema rigoroso, regulamentado e centralizado nos ideais políticos e éticos do Estado Novo que marcam fortemente está época. Visto que este tipo de Arquitetura se estava a

materializar segundo os valores do Estado Novo, estes espaços estavam se a converter numa construção onde se reflete a cultura e dava a noção de expressar certos discursos mencionados pelo Estado.

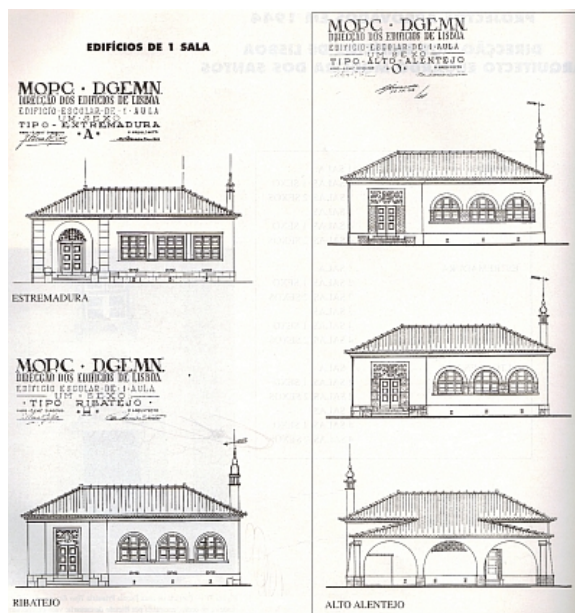


Figura 3 - Alçados dos Postos de Ensino mencionados no Plano dos Centenários

Estando estes espaços construídos, os Postos de Ensino são um mediador da instrução das primeiras intenções de controlar a formação do Povo Português, segundo as ideias do Estado. O controlo da aprendizagem era transmitido por uma série de símbolos, como a Bandeira Nacional, escudo da pátria, figuras de homens influentes, o relógio, o sino e um crucifixo, estes objetos representavam o poder e a religião, de modo a impor as leis e valores disciplinares. Outro fator que marcou a Arquitetura Escolar era a disposição das salas de aulas e a separação dos alunos por sexo, a disposição regular das carteiras de modo a facilitar os afazeres diários de uma sala de aula. Como os alunos eram separados por duas salas de aula, era mais fácil controlar as características culturais, psicossociais e educativas dos alunos.

Outro aspeto a salientar na Arquitetura Escolar, era a dominância no espaço, ou seja, o edifício da escola deveria ser o componente predominante sobre as restantes construções vizinhas. Era um estilo de Arquitetura imponente criado

pelo Estado, onde o edifício projetava um enorme poder que influenciava a sociedade, um edifício com um intelecto oculto refletido pelo Estado. É depositada uma imensa importância aos Postos de Ensino, por parte do Estado, mas ao mesmo tempo ele não quer que este espaço, tão imponente e símbolo de poder, seja semelhante a uma prisão, mas sim um espaço com vida, convidativo e acolhedor, mas, simultaneamente e de forma despercebida se sintam uma existência superior do Estado.

Os Postos de Ensino representavam então um forte exemplo da Arquitetura Escolar, onde os paradigmas educativos e culturais que os estudantes interiorizam naquele espaço é de todo o conhecimento e forma de pensar que o Estado usa como arma para conseguir um forte regime ditatorial, fazendo-se uso então da influência da Arquitetura.

### **2.3 Construção dos Postos de Ensino**

A construção dos Postos de Ensino foi levada a cabo por duas entidades. O Ministério da Habitação e das Obras Públicas e o Ministério da Educação. Estes dois órgãos públicos juntaram um grupo de técnicos formados nestas áreas, para supervisionar e elaborar as peças desenhadas para estes edifícios. Durante três anos de trabalho, foram concebidos vários estudos, onde entre os vários estudos, elaboraram um projeto para um Posto de Ensino “piloto”. Este projeto piloto, viria a ser edificado em Mem Martins.

*“Neste projeto, alguns princípios gerais são estabelecidos:*

- O edifício da escola primária representa a transição da habitação para a vida pública;*
- O edifício da escola deve ter em consideração o tamanho da criança;*
- A escola não se restringe à sala de aula e deve, por isso, estar aberta ao exterior;*

- *O ensino não consta só de memorização, mas é também atividade que os espaços (diversificados) devem permitir;*
- *Deve ser fomentada a manipulação e criação de objetos (pelo que se introduziu uma zona de trabalho, dita “suja”, com pontos de água, ligada às salas de aula, propriamente ditas);*
- *A organização de situações como a de trabalho em grupo (prevendo-se a mobilidade do equipamento);*
- *Nem todas as atividades podem ser realizadas no mesmo espaço (e daí a instalação dos chamados “polivalentes”);*
- *As refeições são atividades educativas (e, por isso, foi suprimida a separação entre edifício-cantina e edifício-escola);*
- *As instalações sanitárias seguem a mesma lógica, como apoio e momento de educação;*
- *A escola é um edifício aberto, um equipamento social de e para toda a comunidade.”<sup>1</sup>*

No final da década de 60, mais precisamente a 5 de agosto 1969, o Estado cria uma nova entidade pública, a Direcção-Geral das Construções Escolares e seu respetivo gabinete de estudos, (ver anexo VII), uma divisão do Ministério da Habitação e das Obras Públicas que fica encarregue das construções das Escolas Primárias. Esta nova entidade fica incumbida de elaborar novos estudos alternativos aos projetos do Plano dos Centenários.

A nova entidade então criada, começa a formular alguns projetos, e cada projeto/programa identificavam com a letra (P) e seguidamente um índice de números que ia do 1 ao 5. Entre estes projetos elaborados o projeto “tipo” escolhido para as novas escolas foi nomeado o (P3).

Durante todo este processo de criação e expansão das novas escolas primárias, o sistema anteriormente criado pelo Estado Novo começa a entrar em rutura, sem que ninguém se aperceba dentro do Estado. Isto porque o Ministro que era

---

<sup>1</sup> POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS – EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, texto retirado da página 10 e 11

responsável na altura tinha diferentes interesses em outros sectores, e a Direcção-Geral das Construções Escolares foi obrigada a recorrer a contactos exteriores, isso originou que todo o sistema elaborado anteriormente Estado, que o utilizava como uma arma para o controlo e poder, começa-se a ser contaminada por ideologias e valores diferentes.

Dia 25 de abril 1974, marca o fim da ditadura do Estado Novo e de todos os ideais impostos para com o povo Português. Mesmo com a queda do Estado Novo, os Governos que se seguiram continuaram com o programa (P3), até que em 1987, contestações da parte dos docentes, exigiam com que o Governo efetuasse uma avaliação ao programa (P3), fazendo com que o programa tivesse os dias contados. Mesmo com esta revolta da parte dos docentes, não consta em nenhum documento, em parte alguma, que essa avaliação tivesse sido realizada. Consoante os períodos escolares avançavam e o Governo não fazia nenhuma mudança, os próprios docentes e municípios iniciam as próprias alterações ao ensino, onde erigiam novas paredes, ou então improvisavam as paredes com armários, de modo a dividirem o espaço, permitindo assim uma maior distribuição dos alunos por várias salas, em vez de turmas com elevado número de alunos.

Após estes tumultos, nos anos que se sucederam os subsequentes Governos, com a ajuda dos municípios e freguesias foram evoluindo as escolas, onde muitas das escolas (P3) foram substituídas por novas escolas e melhores, ao mesmo tempo, mas em minoria, as escolas (P3), foram reabilitadas de forma a proporcionar o ensino primário.

## 2.4 Plano dos Centenários - Tipos de Postos de Ensino

O programa de Construção de Escolas a nível nacional, com nome de Plano dos Centenários, foi idealizado e construído pelo Estado Novo, entre os anos de 1941 e 1974.

No decorrer do mês de outubro de 1941, uma ordem emitida pelo Diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, decretou a construção de 200 edifícios escolares.

A elaboração dos projetos para as escolas ficou dividida por vários projetistas. Rogério de Azevedo e Raúl Lino desenvolveram projetos tipo, onde as características da arquitetura da região, bem como o tipo de material de cada região, estavam presentes nesses edifícios escolares.

Rogério de Azevedo, arquiteto, desenvolveu projetos para as regiões Nortes e Centro de Portugal. Rogério desenhou vários tipos de plantas para os Postos de Ensino, Edifícios de uma sala, duas salas, três salas e quatro salas, estes dois últimos eram edificadas em dois pisos. De Rogério de Azevedo são reconhecidos seis tipos de edifícios, *“resultando em 32 soluções: tipo Minho (Tijolo); tipo Alto Minho (Granito); tipo Douro (Granito); tipo Beira Alta (Granito); tipo Beira Litoral (Cantarias); tipo Trás-os-Montes (Xisto).”*<sup>2</sup>

Raul Lino, arquiteto, elaborou projetos destinados à região sul de Portugal. Lino traçou soluções de edifícios de uma sala, duas salas, três e quatro salas, onde utilizou quase sempre a mesma planta, mudando apenas as fachadas conforme a localidade onde se destinava cada edifício. Resultaram edifícios do *“tipo Estremadura (Cantaria); tipo Alentejo (Tijolo); tipo Algarve.”*<sup>3</sup>

Manuel Fernandes de Sá, arquiteto, em 1944, desenvolveu Postos de Ensino na

---

<sup>2</sup> POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS – EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, texto retirado da página 16, 5º parágrafo.

<sup>3</sup> POUCA, Óscar Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS – EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, texto retirado da página 16, 1º parágrafo.

região norte de Portugal, edifícios como:

- Escola tipo Minho em granito;



*Figura 4 - Escola de Rua, Arrifana, Feira, Aveiro Edifício de 3 salas*

- Escola tipo Douro em granito;



*Figura 5 - Escola masculina n.º 3 de Vila do Conde, Porto Edifício escolar de 4 salas simples*

- Escola tipo Douro em xisto



*Figura 6 - Escola de Fontes, Santa Marta de Penaguião, Vila Real Edifício escolar de 4 salas*

O mais importante nestes edifícios era a sua durabilidade com materiais económicos. O interior era comum em todos os edifícios, apenas o alçado se focava nos materiais da região.

Joaquim Areal de Sá, arquiteto, em 1944, desenvolveu Postos de Ensino na região centro de Portugal, edifícios como:

- Escola tipo Beira Litoral em Cantaria;



*Figura 7 - Escola de Cimo da Vila, Ovar, Aveiro Edifício de 2 salas, gémeo*

- Escola tipo Beira Litoral em Tijolo;



*Figura 8 - Escola de S. Silvestre, Bunheiro, Murtosa, Aveiro Edifício de 4 salas, simples*

- Escola tipo Beira Alta em granito;



*Figura 9 - Escola de Dornelas, Aguiar da Beira, Guarda Edifício de 3 salas*

Como observamos na figura 9, as escolas da região centro de Portugal, tinham como características, a porta principal em madeira de carvalho ornamentada com decorações em ferro forjado, possuía também uma varanda com o gradeamento em ferro no piso 1.

Eduardo Moreira dos Santos, arquiteto, em 1944, desenvolveu Postos de Ensino na região de Lisboa, edifícios como:

- Escola tipo Ribatejo;



*Figura 10 - Escola de Vila Nova da Rainha, Azambuja, Lisboa, Edifício de 2 salas gêmeas*

- Escola tipo Estremadura;



*Figura 11 - Escola de Ordem, Concelho da Marinha Grande, Distrito de Leiria Edifício de 2 salas gêmeas*

- Escola tipo Alentejo;



*Figura 12 - Escola de Velada, S. Matias, Nisa, Portalegre Edifício de 1 sala*

Os Postos de ensino da região de Lisboa utilizavam materiais da região onde se encontravam. Como podemos observar na figura 12, reparamos que a porta é em madeira de cedro e por cima ostenta um escudo feito em cantaria.

Alberto Braga de Sousa, em 1944, desenvolveu Postos de Ensino na região de Sul de Portugal, edifícios como:

- Escola tipo Alentejo;



*Figura 13 - Escola de Santo António, Freguesia da Sé, Concelho e Distrito de Évora*

- Escola tipo Algarve;



*Figura 14 - Escolas de Castro Marim, Distrito de Faro*

As Escolas Primárias do sul do País, têm umas características diferentes das anteriores, quando observamos a figura 14, notamos logo uma diferença no alçado tardo do edifício, onde fica o pátio da escola. Nas Escolas Primárias do norte do País, reparamos que o pátio tinha linhas retas, sem demonstrar nenhum efeito de movimento, nestes edifícios do Sul vemos que a cobertura do pátio tem movimento, possui contrafortes que nos dão a noção de movimento, demonstrando uma aparência mais alegre e acolhedora e não tão fria e rude, como os edifícios do norte de Portugal. Já os materiais empregues nas Escolas do Sul são mais pobres que as do Norte.

### **3. REABILITAÇÃO E ADAPTAÇÃO**

### **3.1 Reabilitação e adaptação dos “Postos de Ensino”; Sector Público**

Com a modernização do ensino e da qualidade de vida, o Governo foi obrigado a reformular as escolas primárias. Existem vários Postos de Ensino em Portugal e grande parte deles está em ruína e os restantes outros, que se foram permanecendo com o tempo, foram reabilitados e convertidos com outro tipo de finalidade.

Conforme o tempo foi avançando, ouve uma necessidade de reaproveitar estes edifícios, isto por vários fatores, a crise económica e a falta de espaço. Como a economia estava em baixa e as autarquias precisavam de canalizar os fundos comunitários para outros sectores mais precisos, não havia fundos para construir novos espaços que eram necessários nas freguesias do município, como espaços internet, espaços de convívio e mesmo expandir algumas Juntas de Freguesia, que estavam em edifícios com falta de espaço e com poucas condições.

Posto isto, as Câmaras Municipais pressionadas pela população devido à falta de meios, viu nestes edifícios uma resposta aos seus problemas.

Começaram então a elaborar casos de estudo para estes edifícios para corresponder aos pedidos da população e das necessidades, mas os fundos comunitários não permitiam grandes reabilitações do espaço, por isso, muitos dos edifícios, que haviam sido convertidos em armazéns, tiveram de ter uma avaliação diferente e posteriormente foram colocados à venda. Os restantes edifícios que estiveram fechados até àquela época de mudança, tinham menos problemas a resolver, como problemas térmicos, infiltrações e de saneamento. A maioria das antigas escolas foi convertida em Juntas de Freguesia, e foi nesses edifícios onde os municípios despenderam mais fundos para uma reabilitação e adaptação do espaço.

Relativamente à adaptação dos postos de ensino para espaços de internet, o edifício em questão, passou simplesmente por uma remodelação das casas de banho e à criação de novos quadros elétricos e caixas de instalação para receberem o serviço de Internet e computadores modernos a ocuparem as novas secretárias. Na questão da adaptação dos edifícios para locais de convívio, o processo de adaptação passou por uma abordagem um pouco mais elaborada. Aqui a acessibilidade era um ponto importante a resolver, pois estes edifícios apenas tinham degraus como forma de acesso impossibilitando uma cadeira de rodas aceder ao edifício, devido a inexistência de uma rampa. Outro ponto a resolver era a qualidade térmica do espaço, onde as janelas tiveram que ser trocadas e também aplicação de isolamento no edifício. Em relação aos campos de jogos, como podemos observar na figura 15, notamos que o recinto da escola tem espaço suficiente para a criação de um campo de jogos que pode ser adaptado para ténis, basquetebol e futebol de cinco. O interior do edifício era adaptado para associações desportivas e também criavam um local de vestuários e quando possível também balneários de apoio ao campo de jogos.

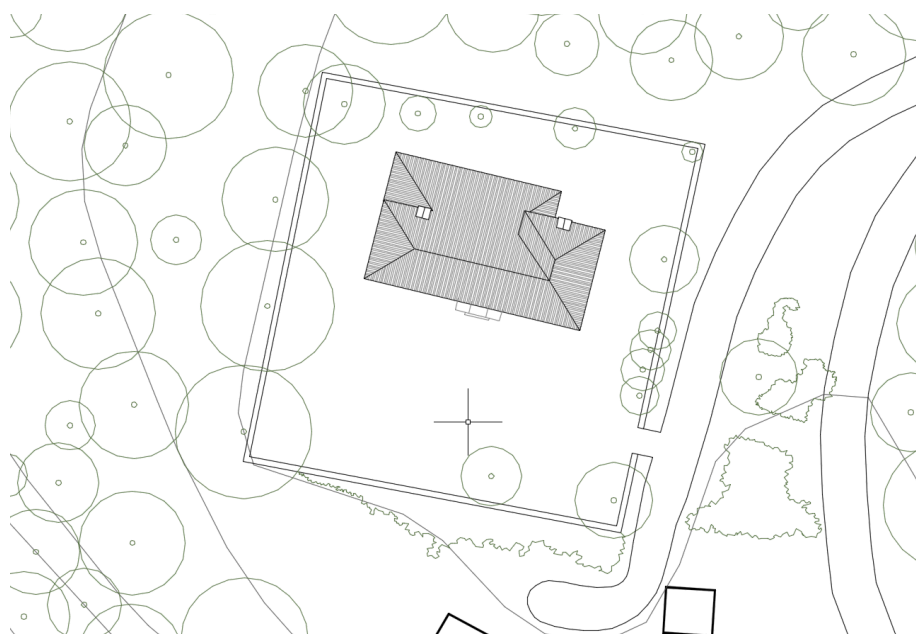


Figura 15 - Levantamento da escola Primária de Sete Fontes Beiral do Lima, Ponte de Lima

### **3.2 Reabilitação e adaptação dos “Postos de Ensino”; Sector Privado**

Após dado início da reabilitação e adaptação das escolas primárias, os municípios foram obrigados a vender parte das escolas, para as quais não tinham um programa definido. A decisão das autarquias em vender os antigos edifícios das escolas primárias, foi com a intenção de gerar verbas de modo a utiliza-las na reabilitação de outras escolas em curso. Outro facto que também levou à venda de parte destes edifícios, foi devido a não originar ruína e abandono das escolas, à qual não tinham, nem viriam a ter programa de reabilitação e adaptação, e ao serem vendidas ao particular, este poderia cuidar do espaço e até rentabiliza-lo.

A ideia de combater o abandono e ruína destes edifícios estava controlada, mas no meio destes compradores, surgiram também habitantes de pequenas povoações, onde o edifício mais importante do lugar era a escola. Estas pequenas povoações não queriam ver aquele edifício entregue a nenhuma entidade de fora do lugar, tinham receio que transformassem a escola em algo diferente que rompesse a memória de todos aqueles que ali passaram. Devido a esse medo, os habitantes das povoações juntaram todos as posses monetárias que podiam e adquiriram o edifício que pertencia ao lugar de cada povoação envolvida.

Seguidamente à aquisição das escolas por estes meios pequenos, os anos foram-se passando e não tiveram fundo de maneio para cuidar do edifício, isso fez com que a ruína e o abandono consumissem o edifício por inteiro. A compra do edifício, posteriormente também gerou muitas zangas e inimizades dentro das povoações. Estas zangas foram causadas pelos encargos fiscais que surgiram após a compra, como o pagamento do IMI e das despesas do contador da luz e da água, que mesmo não sendo utilizadas tem um valor por mês a pagar. Estes gastos com o edifício fizeram com que os habitantes do lugar vendessem o edifício a outra entidade porque ninguém queria arcar com as responsabilidades fiscais.

Diferente em outras povoações, os habitantes dividiram as despesas fiscais do edifício entre todos os compradores e rentabilizaram, readaptando o local para um espaço de convívio do lugar e ao mesmo tempo alugando o espaço restante a pessoas que possuíam um café de modo a criar um ponto de convívio e encontro nos meios pequenos.

Entre todos estes edifícios, distinguem-se as escolas que foram reabilitadas e adaptadas para casas de turismo. O turismo em Portugal cresceu consideravelmente, mesmo em tempos de crise, isso fez com que os fundos comunitários que ainda estavam ativos fossem canalizados para este tipo de projetos. Como existiam bastantes fundos para ajuda neste sector, os investidores criaram bons projetos de reabilitação destes espaços, onde em maior parte delas mantiveram as características principais do edifício.



*Figura 16 – Alçado principal do edifício Lugar das Letras, Gouvães do Douro, Sabrosa, Vila Real*

Como podemos observar na figura 16, uma reabilitação de um posto de ensino tipo Douro, composto por uma sala. Este espaço agora chamado de Lugar das Letras que outrora foi um local de ensino, foi adaptado e reabilitado numa casa de turismo para albergar até 8 hóspedes. Notamos que as características principais estão presentes, como o granito e a forma dos vãos foram mantidos,

apenas sendo substituídos por uns mais modernos para combater as pontes térmicas do espaço.



*Figura 17 - Interior do edifício Lugar das Letras, Gouvães do Douro, Sabrosa, Vila Real*

Ao analisarmos a figura 17, notamos que a forma do interior do edifício foi mantida, criando um espaço amplo apenas criando divisões com a utilização da mobília. Ao observarmos o espaço notamos que este tem uma harmonia e bem-estar com a nova função que foi adotada e adaptada, uma ideia diferente para o qual foi criado no início como Posto de Ensino, como um lugar onde a disciplina, censura e domínio estavam presentes. A intenção de manter as características principais estava presente na altura da intervenção, como analisamos nas figuras.



*Figura 18 - Alçado tardoz do edifício Lugar das Letras, Gouvães do Douro, Sabrosa, Vila Real*

Como reparamos na figura 18 o edifício foi adaptado de modo a conseguir o enquadramento dos quartos, respetivos WC e zona de refeições. Para isso, no tardoz do edifício, nasceu um novo volume que possui todos esses elementos necessários à criação de um espaço habitável.

Empós as análises referidas à reabilitação e adaptação do espaço, notamos que em muitas das situações o edifício foi bem reaproveitado, em quase todos os casos conseguiram manter os aspetos principais presentes nos edifícios, de forma a que a forma original esteja presente quando fixamos o olhar num Posto de Ensino reabilitado e adaptado as novas comodidades.

## **4. REABILITAÇÃO ARQUITETÓNICA**

## 4.1 Reabilitação Arquitetónica

Em termos arquitetónicos, a reabilitação deve ser encarada como um melhoramento de todo o edifício ou a reabilitação de uma parte deste de modo a torna-lo mais amplo e soberbo. Com a melhoria das qualidades de vida e com o passar dos anos os edifícios foram ficando desatualizados com os novos regulamentos. Desse modo a reabilitação arquitetónica permitiu que muitas destas questões fossem resolvidas sem precisarmos de demolir parte do edifício ou todo.

Por vezes, como futuros arquitetos, questionamo-nos sobre a reabilitação arquitetónica, o que nos leva a reabilitar um edifício antigo, porque não o demolir e fazer um novo. Muitas vezes surgem estas questões nas nossas mentes, mas quando começamos a refletir sobre o assunto, notamos que o edifício tem um valor patrimonial, contém memórias de gerações que ali passaram e que a sua imagem fica retida na memória do local e na sociedade. Por vezes os traços arquitetónicos que o edifício possui nas fachadas expressam um sinal de que devemos reabilitar esse edifício, ao mesmo tempo mantendo todas as características principais do edifício de modo a que a importância que teve outrora não seja perdida.

De forma mais global e de maior interesse pelo resto da sociedade em reabilitar os edifícios, existe a importância económica. Os centros das cidades portuguesas, possuem na sua grande parte edifícios antigos, sem condições de ocupação e por vezes em perigo de ruir. Nos centros das cidades o fator mais importante é o comércio em diferentes sectores. Como a maior parte dos espaços que existiam foram ocupados por grandes antigas empresas, os espaços que restaram foram os edifícios velhos e abandonados. Com isto a reabilitação arquitetónica teve bastante impacto na requalificação dos centros das cidades, com diversos tipos de reabilitações, uns melhores e outros piores reabilitados.

A reabilitação arquitetónica tem vários pontos de desenvolvimento antes de prosseguirmos para a operação de reabilitação.

O primeiro ponto a fazer, passa por uma identificação do tipo do edifício, se é de comércio, habitação, indústria, etc. Este ponto é importante, de modo a ficarmos a conhecer a utilização anterior do edifício e se podemos adotar uma nova função durante o desenvolvimento da proposta de reabilitação, de forma a conhecermos os custos da intervenção. No segundo ponto devemos observar o estado de conservação do edifício.

Este ponto de situação é importante devido ao facto de podermos identificar as anomalias do edifício. Ao identificarmos todas as anomalias possíveis podemos encontrar a avaria que originou as diversas irregularidades no edifício. Após a análise da conservação conseguimos chegar ao nível de degradação do edifício. O terceiro ponto a fazer é o levantamento do local e do edifício. Mesmo que existam plantas sobre o edifício a reabilitar é necessário possuir um levantamento atualizado, onde nos mostrem os pontos demolidos e ainda os elementos que se encontram erigidos do edifício. Usufruir de um levantamento atualizado é um aspeto necessário para uma boa reabilitação arquitetónica.

Estes são os pontos mais importantes para fundamentarmos uma reabilitação. Durante a conceção do programa de reabilitação há exigências que devem constar no programa, como as acessibilidades, segurança contra incêndios, conforto térmico e o conforto acústico.

Na arquitetura as acessibilidades são um fator importante, visto que as pessoas com mobilidade reduzida necessitam de exigências próprias de modo a poderem utilizar o edifício. Por vezes na reabilitação arquitetónica, o edifício que vamos intervir não nos permite uma forma de satisfazer as acessibilidades. Devido a isto temos que alterar a morfologia do edifício de modo a possibilitarmos acessibilidade as pessoas.

#### 4.1.1 Segurança Contra Incêndios

As exigências impostas pela regulamentação da segurança contra incêndios, na reabilitação arquitetónica, nem sempre são exequíveis. Isto porque a nível de

infraestruturas nem todos os edifícios reabilitados possuem os requisitos necessários de modo a permitir uma aplicação total da segurança contra incêndios. Em questões de projeto, existem um conjunto de medidas que devem ser referidas, como uma boa acessibilidade aos locais onde é necessária fazer manutenção e limpeza de modo a prevenir casos de incendio e assegurar uma boa ventilação ao edifício.

Hoje em dia assegurar uma temperatura estável no interior da casa consoante as épocas do ano é um facto importante. No caso da reabilitação arquitetónica, é raro o edifício que outrora foi projetado de modo a combater as pontes térmicas.

#### 4.1.2 Conforto Térmico

O conforto térmico cada vez mais é imposto num grau de exigência elevado, visto que a população com o evoluir das qualidades de vida vai adquirindo uma forma mais confortável de vivencia do espaço, que é a casa (lar). Por outro lado, as questões ambientais são cada vez mais um fator que preocupa a população, devido ao gasto exagerado de energia, neste caso para o aquecimento das habitações. Por isso as pessoas preocupam-se em combater as perdas térmicas corrigindo as pontes térmicas empregando melhores isolantes térmicos, de forma a utilizar menos energia para chegarmos ao conforto térmico ideal.

Em Portugal, é bastante normal as habitações não compreenderem os requisitos mínimos para o conforto térmico. Numa pequena análise às habitações portuguesas, notamos que existe uma ausência ou insuficiência de isolamento térmico nas habitações. Entre estas, existem construções onde não existe nenhum tipo de aquecimento ou arrefecimento interior do espaço, o que faz com que as habitações sejam muito empobrecidas em conforto térmico. Noutros casos, onde existe aquecimento e até arrefecimento interior do espaço, notamos que as janelas não possuem nenhum tipo de isolamento e muitas delas ainda são em madeira.

Na reabilitação é importante que quando propomos uma resolução para combater uma ponte térmica, é necessário ter atenção no desenvolvimento da solução, de forma não introduzirmos outro problema na resolução deste.

#### 4.1.3 Conforto Acústico

Em termos do bem-estar do espaço habitável, existe outra comodidade além do conforto térmico, sendo esse o conforto acústico, um aspeto muito importante no caso de habitações coletivas.

Nos edifícios existem dois tipos de ruído a contabilizar, o ruído exterior e o interior. No caso dos edifícios antigos, onde as janelas não possuem nenhum tipo de barreira contra o som e mesmo os pisos as vezes em madeira deixam passar o ruído sem nenhuma barreira, isso provoca algumas perturbações no quotidiano dos residentes de um edifício, por isso na reabilitação todos estes défices de conforto acústico devem ser resolvidos. Nos edifícios antigos, reparamos com alguma frequência que o pé-direito é um pouco elevado. Este espaço que existe a mais, devido ao pé-direito elevado, em questões de reabilitação arquitetónica, permite aplicar teto falso de gesso cartonado com isolamento acústico, e ao mesmo tempo criamos também uma barreira contra o fogo.

Em suma, as intervenções de reabilitação arquitetónica onde se aplicam estes fatores, cooperam numa maior vivência e ocupação do espaço, prolongando os anos de vida útil do edifício, para que mais gerações possam usufruir do edifício consoante as necessidades e a utilização deste.

## **5. ESCOLA PRIMÁRIA DE SETE FONTES**

## 5.1 Enquadramento

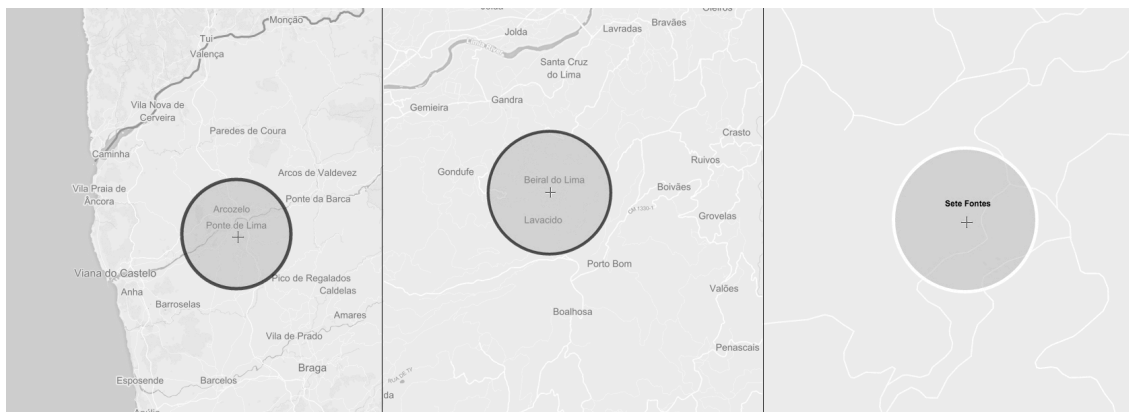


Figura 19 - Planta de identificação do local

Sete Fontes é um antigo lugar<sup>4</sup> da freguesia de Beiral do Lima, que faz parte do Concelho de Ponte de Lima e Distrito de Viana do Castelo, na região do Minho a norte de Portugal. A freguesia atualmente ocupa um território aproximado de 5,60 km<sup>2</sup>, possuindo 560 residentes com uma taxa de ocupação de aproximadamente 100 habitantes por km<sup>2</sup>.

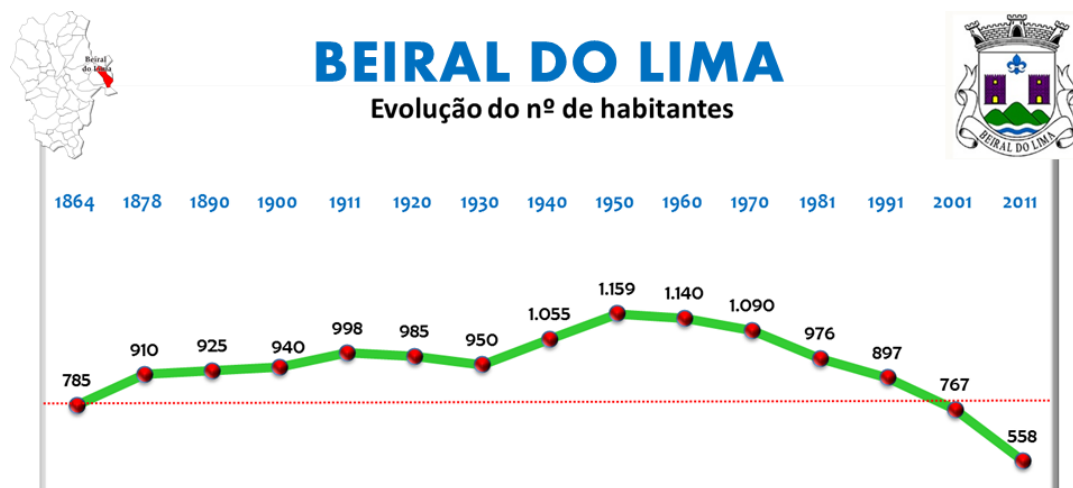


Figura 20 - Evolução do número de habitantes de Beiral do Lima

<sup>4</sup> Lugar – lugar é uma pequena povoação formada por um conjunto de casas, o lugar era identificado por um nome; um conjunto de lugares dava origem a uma freguesia.

Como observamos na figura 20, houve um aumento da população entre 1864 e 1950, vindo a descer gradualmente até ao ano 2000, nos seguintes anos a população teve uma notável queda no número dos habitantes.

Beiral do Lima, com 884 anos de história, foi primeiramente designada de vila “Varzena do Burrial” doada pelo rei D. Afonso Henriques ao conde D. Rodrigo Pares no ano de 1132. Anos mais tarde em 1219, devido ao crescimento da vila de Ponte de Lima, localidade vizinha, fez com que perdesse a categoria de vila para freguesia e foi então renomeada por “Sancte Marie de Burreal”. Com o passar dos anos, sem intervalo de data certa e com o desenvolvimento da língua portuguesa o nome “Sancte Marie de Burreal” foi sofrendo pequenas alterações e passou a chamar-se “Santa Maria do Beiral”. Posteriormente, devido ao Rio Lima se situar nas proximidades da freguesia, esta passou a ser chamada de Beiral do Lima, que é o nome que ainda permanece nos dias de hoje.

Beiral do Lima possui duas escolas Escolas Primárias, uma no ponto mais alto da freguesia no lugar da Armada e a segunda no lugar de Sete de Fontes, como observamos na figura 21.



*Figura 21 - Localização das duas Escolas Primárias de Beiral do Lima*

### 5.1.1 Escola Primária do lugar da Armada



*Figura 22 - Escola Primária do lugar da Armada, Beiral do Lima*

A escola primária do lugar da Armada é do tipo “Minho em granito”, como podemos observar na figura 22. Como reparamos na figura, os aspetos que definem este tipo de estilo, são os parapeitos em granito, ao contrário de outras escolas deste tipo, esta é um pouco mais humilde, não possui nenhum trabalho em granito na porta da entrada, nas ombreiras e lintéis, também não se utilizou o granito. O edifício é composto por uma sala de aula, com sala de entrada e um espaço coberto na traseira do edifício, onde mais tarde se localizaram as instalações sanitárias.

A data de construção desta escola não é conhecida. Segundo os moradores do lugar da Armada, a escola foi um edifício muito importante para o desenvolvimento da povoação.

Anos mais tarde após o encerramento da escola por falta de alunos e também pela criação de uma nova escola na freguesia vizinha, os residentes do lugar juntaram-se e adquiriram este edifício ao estado, com ideia de mais tarde criar um local de convívio, ideia que nunca foi realizada devido à falta de meios e de interesse. Outro problema que surge neste lugar é o elevado número de

peças idosas residentes, os habitantes mais novos procuraram novas vidas noutros locais fora do lugar devido a este se situar distante do centro onde se encontram melhores condições de vida e de trabalho, isto resultou que o número de habitantes da freguesia tenha reduzido significativamente nos últimos 10 anos.

## 5.2 Escola Primária de Sete Fontes



*Figura 23 - Escola Primária do lugar de Sete Fontes, Beiral do Lima*

A segunda escola da freguesia de Beiral do Lima e a selecionada para a elaboração da parte prática da dissertação de mestrado em arquitetura, é a Escola Primária de Sete Fontes, sem data de construção conhecida.

Observando a figura 23, concluímos que a escola tem um estilo diferente da anterior, sendo do tipo “Douro em granito”. Apesar de não estar situada precisamente na região do Douro, mas sim muito mais a norte, a escola identifica-se no tipo Douro em granito devido a várias características, resultando a que mais a define, é a forma da porta que tem a forma em arco e abundante presença do material granito na fachada. A escola é composta por duas salas de aula, uma sala de entrada, um espaço coberto no alçado tardoz.

Posteriormente foram concebidas duas instalações sanitárias e também um anexo para arrumos. Atualmente a escola é utilizada como local de arrumações.

A escola de Sete Fontes abrigou o ensino da parte geográfica baixa da freguesia, ou seja, a maior parte dos habitantes, isso fez com que ficasse estrategicamente situada mais ou menos no meio da freguesia de forma a que os alunos tivessem que se deslocar em média uma distância por igual para chegar à escola.

## **6. PENSAMENTO DE SELEÇÃO**

## 6.1 Origem

O pensamento que levou à preferência da Escola de Sete Fontes para a elaboração da parte Prática da Dissertação de Mestrado, deve-se a várias análises e vivências durante um estágio curricular realizado na Câmara Municipal de Ponte de Lima.

No decorrer do estágio foi-nos pedido uma análise sobre os edifícios que estavam abandonados por todo o concelho, mais precisamente as Escolas Primárias que ainda não tinham programa de reabilitação incumbido. A ideia do município era converter as escolas em edifícios de apoio às juntas de freguesias, sedes de empresas, habitação social e casas de turismo. Entre estas, “saltaram” à vista duas escolas em que ainda não tinham sido registados nenhuns dados, quer a nível de peças desenhadas, nem o proprietário era conhecido, nem se sabia se elas já teriam sido vendidas a um particular, ou ainda pertenciam ao estado.

## 6.2 Recolha de informação

Logo com a identificação destes dois casos em questão, passamos à recolha de informação sobre estes.

O primeiro caso a ser estudado foi a escola primária do lugar da Armada. Após breves minutos à nossa chegada ao local da escola, surgiu um habitante do lugar, onde nos transmitiu várias informações sobre a escola. Segundo o habitante, o edifício foi adquirido pelos habitantes locais de modo a transformar a escola num espaço de convívio. Seguidamente a todas as explicações acerca do edifício por parte do habitante, nós explicámos o porquê de estarmos naquele local, e sendo ele um dos donos, pedimos autorização para procedermos ao levantamento do edifício. Ao observar o edifício reparámos que o grau de degradação era um pouco elevado, o que necessitaria de uma intervenção de reabilitação mais cuidada, que faria com que os custos da intervenção fossem elevados, não justificando a ideia da reabilitação.

O custo da reabilitação é um fator importante para a elaboração da dissertação de mestrado, por isso desistimos logo este edifício da lista para o estudo.

O segundo e último edifício que estava na lista para analisarmos, era a escola de Sete Fontes. Imediatamente ao abandonarmos o lugar da Armada e mais precisamente 4 quilómetros a norte, encontramos a Escola Primária de Sete Fontes. Ao chegarmos ao local deparamos com um edifício de proporções diferentes ao anterior. Ao observar, reparamos que a escola era composta por duas salas, diferente do antecedente, que era composta apenas por uma sala.

No edifício vizinho à escola, encontramos um habitante do local, que anteriormente tinha pertencido à junta da freguesia, onde nos informou que a escola durante os anos em que esteve na junta tinha sido entregue à freguesia e que neste momento estaria a ser usada como arrecadação da junta da freguesia, e ao mesmo tempo, tratavam da manutenção do edifício de modo a não se degradar.

Como tínhamos autorização por parte do Município para fazermos o levantamento dos edifícios que fossem do estado, metemos mãos à obra e iniciamos o levantamento e análise.

### **6.3 Formalização da ideia**

Depois de algum tempo a analisar as escolas do concelho, reparamos que quase todas tinham sido adaptadas para juntas de freguesia. Nestes casos apenas adaptaram as salas para as necessidades de cada junta de freguesia sem se preocuparem com questões de térmica e de acessibilidades.

Nas escolas de uma sala, apenas adaptaram a sala conforme as necessidades de organização da junta que estava em funções. A única intervenção em comum nestas escolas adaptadas para juntas de freguesia foi a renovação das instalações sanitárias. Nas escolas de duas ou mais salas de aula, apenas uma

sala foi adaptada, e as outras salas eram entregues a uma, ou várias associações que existiam nas freguesias onde teriam de dividir o espaço. Havia casos, que devido à freguesia se situar longe do centro do concelho, utilizavam uma sala sobrando como espaço internet.

Fora estes casos, onde as escolas não foram entregues às freguesias e sim vendidas ao particular, identificamos escolas que na maior parte dos casos tinham sido reabilitadas para casas de turismo ou para sedes de empresas.

Enquanto nos debruçávamos sobre estas análises, reparamos que em nenhum dos casos tinham reabilitado as escolas para habitação permanente, foi então que surgiu a ideia de definir essa tipologia de intervenção para a Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Como havíamos iniciado uma análise sobre este tipo de edifícios, porque não elaborar um estudo mais aprofundado. A partir da Escola Primária de Sete Fontes, que ainda não tinha nenhum tipo de proposta enunciada, principiámos o nosso caso de estudo, elaborando uma “Adaptação dos Postos de Ensino para Habitação”.

## **7. LEVANTAMENTO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE SETE FONTES**

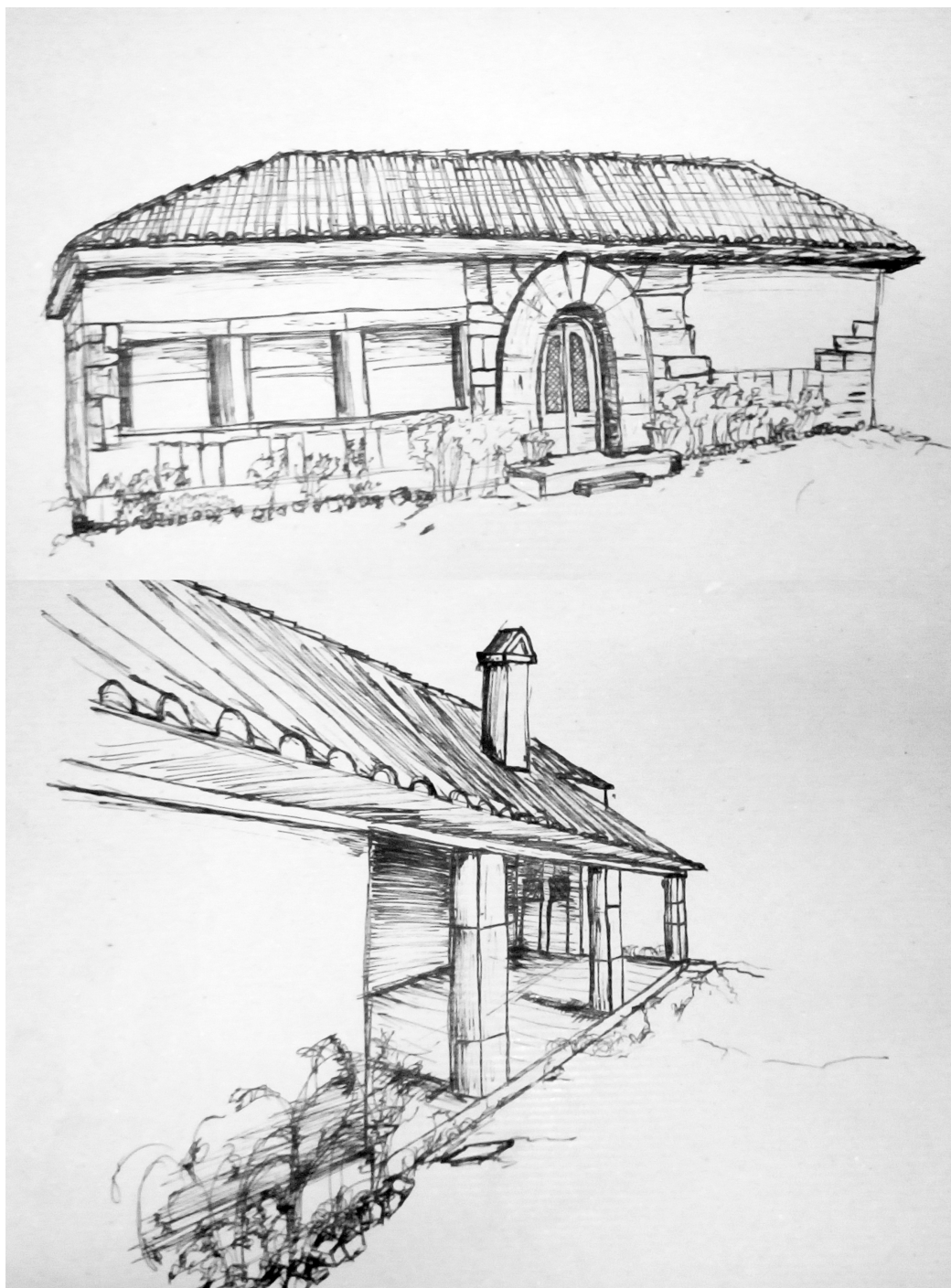
## 7.1 Levantamento da Escola

Como ponto de partida para uma proposta de reabilitação arquitetónica da Escola Primária de Sete Fontes necessitamos de um levantamento rigoroso do local e do edifício. Este ponto principal já havia sido elaborado no decorrer do estágio curricular no Município de Ponte de Lima.

A documentação e informação sobre o edifício é inexistente, por isso o levantamento serviu como ponto fundamental para a elaboração da proposta. O primeiro contacto com edifício deu a noção de escala do edifício e a forma como ele se adaptava ao local. Como a ideia principal é reabilitar o edifício é fundamental conhecermos os aspetos positivos e negativos que o edifício nos pode oferecer. As consequentes visitas ao local possibilitaram um melhor registo e conhecimento do edifício devido ao levantamento fotográfico e esquissos da escola, (figura 24 e figura 25).



*Figura 24 - Alçados da Escola Primária de Sete Fontes*



*Figura 25 - Esquiços da Escola Primária de Sete Fontes*

Após o levantamento do local concluído, transpusemos os dados do levantamento para suporte digital, com o auxílio de um programa de desenho assistido por computador, resultando nas seguintes peças desenhadas:

### 7.1.1 Implantação

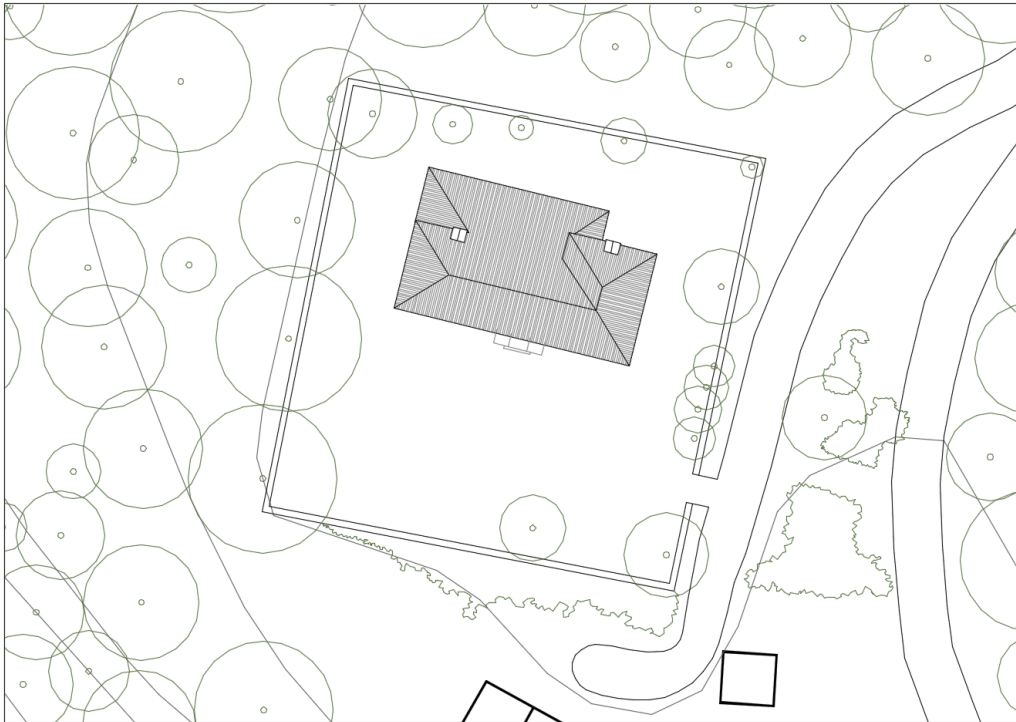


Figura 26 - Planta da implantação, sem escala

### 7.1.2 Planta da Escola

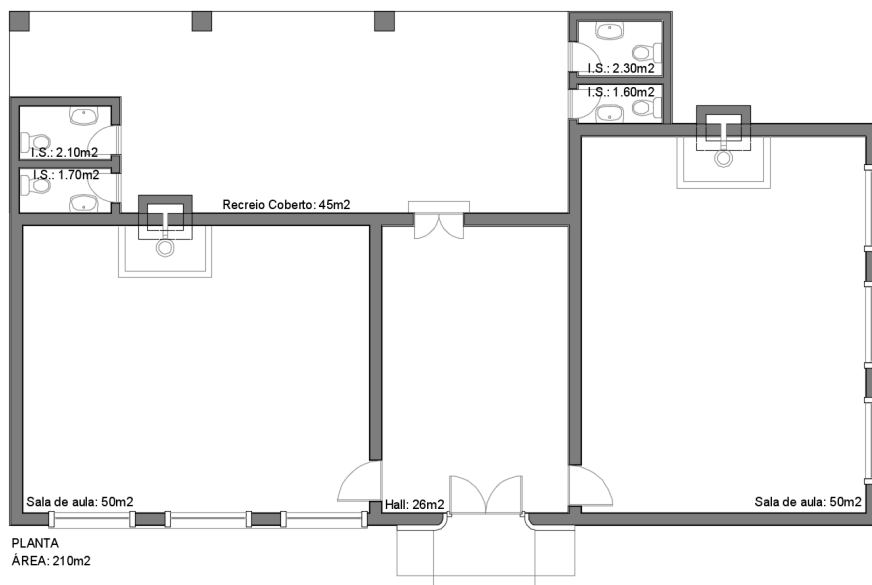


Figura 27 - Planta da escola, sem escala

### 7.1.3 Planta da cobertura

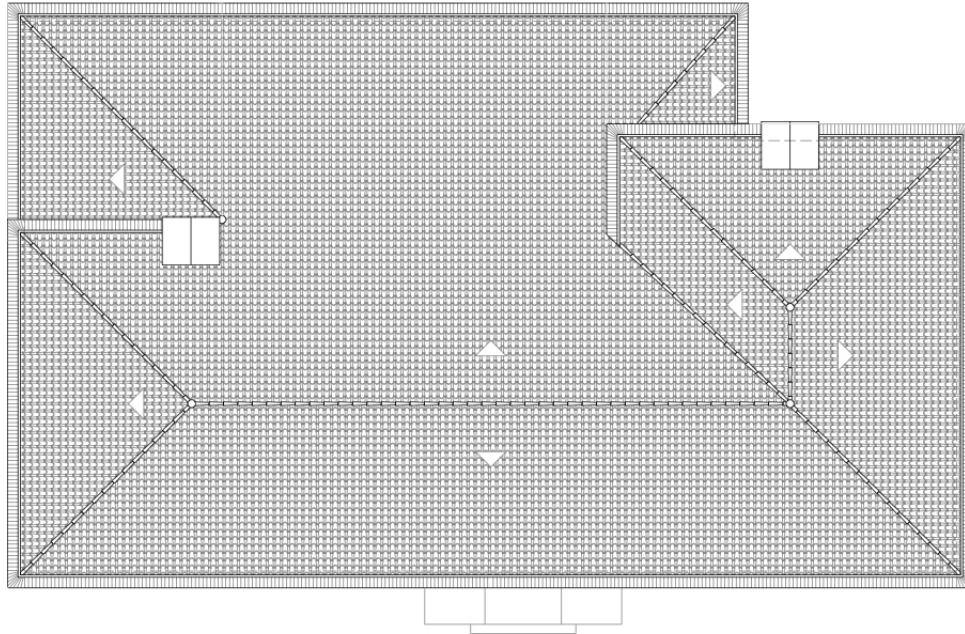


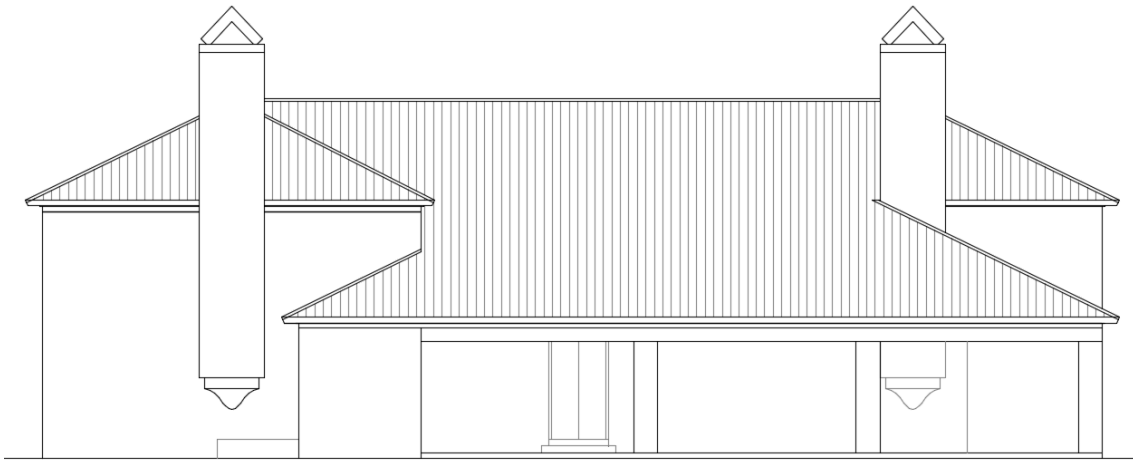
Figura 28 - Planta de cobertura

### 7.1.4 Alçado Sul



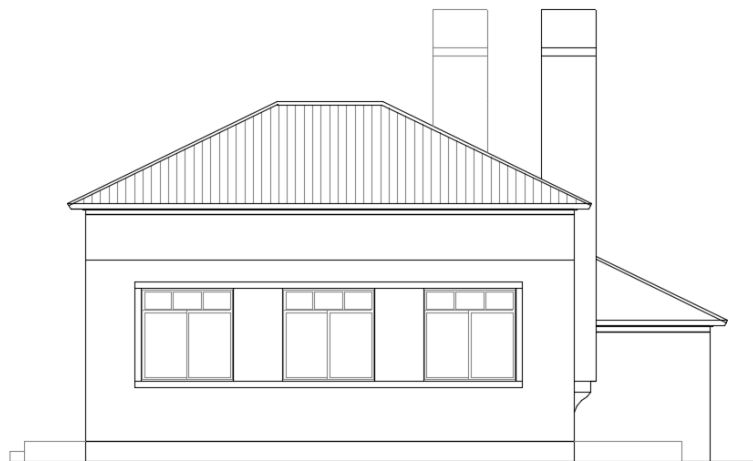
Figura 29 - Alçado principal, (Sul) sem escala

### 7.1.5 Alçado Norte



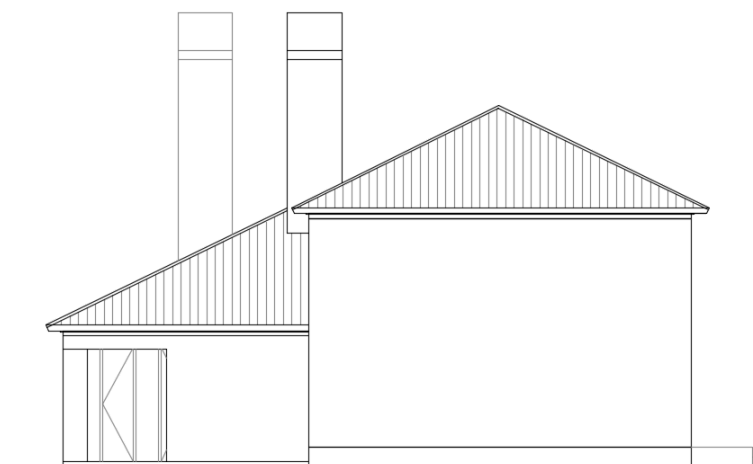
*Figura 30 - Alçado tardoz, (Norte) sem escala*

### 7.1.6 Alçado Este



*Figura 31 - Alçado lateral direito, (Este) sem escala*

### 7.1.7 Alçado Oeste



*Figura 32 - Alçado lateral esquerdo, (Oeste) sem escala*

## **8. PROPOSTA DA ADAPTAÇÃO DOS “POSTOS DE ENSINO” PARA HABITAÇÃO**

## 8.1 Programa

O capítulo que se segue descreve e justifica a proposta de intervenção no edifício da antiga escola primária de Sete Fontes, onde indicamos uma reabilitação e adaptação do espaço para habitação. Com a ajuda de esboços e desenhos técnicos apresentamos uma síntese de todo o processo de intervenção no edifício e os próprios arranjos exteriores que o completam.

O aspeto mais importante a preservar no edifício é o seu traçado original, reabilitando todo o edifício, demolindo pequenos elementos que não alterem a imagem do edifício.

Na primeira fase do desenvolvimento da proposta tentamos perceber a organização espacial da planta e das tipologias que conseguiríamos enquadrar no interior respeitando os vãos existentes, apenas criando novas aberturas no alçado tardo do edifício, pois é um espaço amplo sem divisões.

Após uma breve reflexão sobre o espaço, conseguimos colocar quase como um puzzle, duas tipologias de habitação. Notamos que o espaço é completamente adaptável para um T2 e um T3. Por regra decidimos que os quartos seriam no tardo do edifício, onde anteriormente existia um pátio coberto e as instalações sanitárias; onde se localizavam as salas de aula, vão “nascer” a sala de estar, cozinha e hall de entrada.

Para isso foi necessário abrir novas aberturas para a criação de portas, demolindo pequenas partes das paredes existentes, no pátio coberto foi criada uma parede exterior de modo a criarmos novas divisões para possibilitar a adaptação dos quartos.

Os arranjos exteriores foram adaptados às atuais necessidades do quotidiano. Diferente das linhas rectas que marcam o edifício, utilizamos linhas sinuosas para demarcar o espaço exterior de forma a possibilitar zona de jardim e piscina, zona de hortas e estacionamento dos veículos dos respetivos habitantes.

## 8.2 Proposta de intervenção

### 8.2.1 Planta

A antiga escola primária de Sete Fontes está dividida em duas salas de aulas, hall de entrada e um pátio coberto nas traseiras onde se localizam as instalações sanitárias como podemos observamos anteriormente na figura 27.

A partir das divisões que mais se destacam, as duas salas, hall de entrada e o pátio coberto, adaptamos o espaço para duas tipologias, um T3 e um T2. Não descartamos a hipótese do edifício se adaptar a mais tipologias, mas após a uma breve reflexão sobre a organização do espaço, reparamos que estas duas tipologias compreendem o espaço original da escola sem que fique um edifício muito fechado no seu interior e confuso.

Descrevendo a proposta de adaptação do edifício, principiando pela entrada do edifício, o hall de entrada é comum às duas tipologias. Anteriormente o hall de entrada era um local mais amplo, mas devido à criação de novas instalações sanitárias foi reduzido dando um ar mais acolhedor à entrada do edifício.

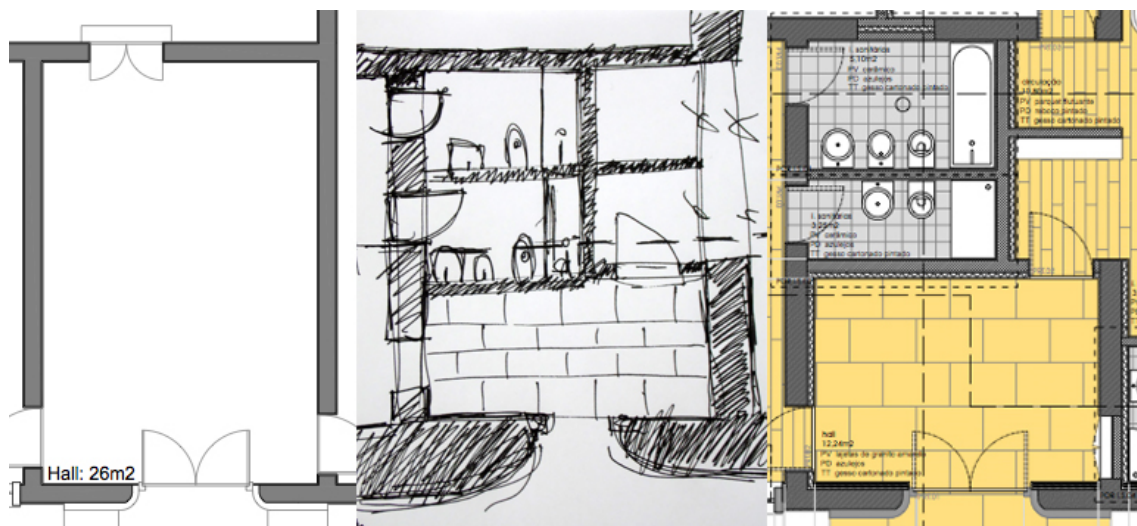


Figura 33 - T3 -Processo de desenvolvimento, hall de entrada

Atualmente o hall de entrada tem materiais muito pobres, dando um aspeto de mal-acabado e pouco acolhedor ao edifício.

#### Hall de entrada atualmente

Área	<b>26 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Cimento;
Parede	<b>Material</b>	Reboco pintado de Branco;
Teto	<b>Material</b>	Reboco pintado de Branco;

#### Proposta

Área	<b>12,24 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Lajetas de granito amarelo de Ponte de Lima, 40x60 cm;
Parede	<b>Material</b>	Azulejo Português Newterracota, Heritage 006 10x10 cm; Revestimento em Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

Ao reduzir o espaço do hall em metros quadrados, resultou um espaço sobranete para a criação de duas instalações sanitárias necessárias para compreender um espaço habitacional.

O espaço resultante da proposta do hall de entrada compreende agora um espaço com um total de 12,24 m<sup>2</sup>. Ao substituímos os materiais existentes por materiais mais nobres, originou um espaço mais acolhedor. As lajetas de granito amarelo são um material oriundo da zona, é um material bastante nobre com uma durabilidade bastante elevada. A escolha dos azulejos Portugueses é devido à época da construção do edifício e também relacionado com edifícios originários de Ponte de Lima que utilizam o azulejo como revestimento nas paredes criando assim uma linha de ligação com os edifícios existentes da zona.

Para rematar os restantes elementos estruturais utilizamos a placa de gesso cartonado de modo dar a perspetiva de um local mais limpo.

Entrando agora no espaço habitacional, principiando com o T3, a fração esquerda do edifício. A organização espacial do edifício originou uma habitação composta por 3 quartos, 2 instalações sanitárias, sala e cozinha.

A sala e a cozinha utilizam o espaço que outrora foi a sala de aula onde apenas concebemos dois novos elementos de divisão de espaço, uma parede em alvenaria para divisão entre sala e cozinha e espaço de circulação e uma barreira de vidro de modo a compreendermos o espaço da sala e da cozinha. A salamandra que ali existia foi restaurada e reutilizada e colocada no local original.

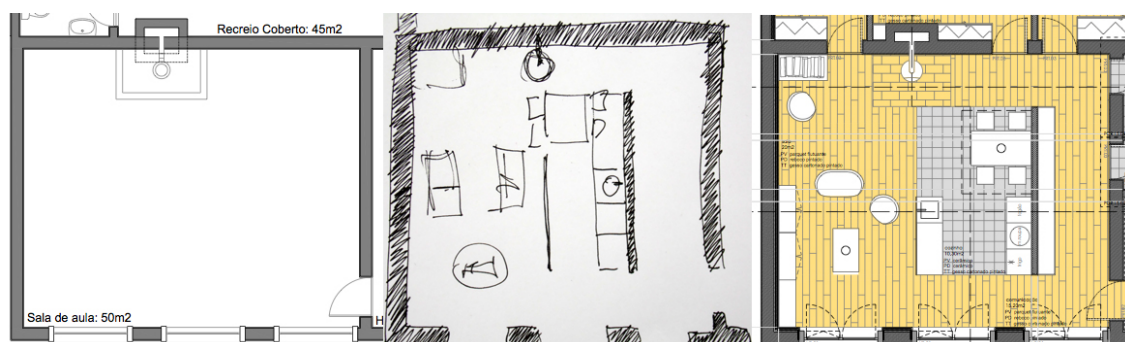


Figura 34 - T3 -Processo de desenvolvimento, sala e cozinha

Atualmente a sala de aula é composta por materiais pobres e pouco harmoniosos com o espaço.

### Sala de aula atualmente

Área	<b>45,50 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento em taco de madeira, (muito desgastado);
Parede	<b>Material</b>	Reboco pintado de Branco;
Teto	<b>Material</b>	Reboco pintado de Branco;

**Proposta, sala de estar**

Área	<b>20 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Parquet flutuante, Leroy Merlin, Aéro Cerejeira Cherry;
Parede	<b>Material</b>	Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

**Proposta, cozinha**

Área	<b>10,30 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento cerâmico preto, Leroy Merlin (imitação xisto), 20x20 cm;
Parede	<b>Material</b>	Azulejo Português Newterracota, refugado dos modelos Heritage 10x10 cm; Revestimento em Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

**Proposta, circulação**

Área	<b>15,20 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Parquet flutuante, Leroy Merlin, Aéro Cerejeira Cherry;
Parede	<b>Material</b>	Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

A sala de aula agora dividia em três espaços, a sala de estar, cozinha e a circulação compreendem o espaço total da sala de aula de 45,50 m<sup>2</sup> bem divididos de modo a proporcionar um ambiente cómodo e harmonioso. Estas emoções também são conseguidas graças aos materiais empregues em cada um

dos locais. A escolha do parquet é devida às suas características que proporcionam um espaço mais quente, sólido e ritmado. Continuamos com o gesso cartonado nas paredes de modo a proporcionar um espaço mais limpo e claro. A escolha do azulejo na cozinha é de forma a conformar a cozinha moderna com uma cozinha tradicional.

Os três quartos que constituem a habitação utilizam 3/4 da área do pátio coberto: a parte restante da área ou seja 1/4 do pátio coberto resulta num quarto da tipologia do respetivo lado direito do edifício. No pátio é necessário demolir as instalações sanitárias que foram construídas posteriormente à construção da escola.

Na construção dos quartos é necessário fechar o pátio com elementos estruturais para a divisão do espaço e combater as pontes térmicas e abrir novos vãos de forma a permitir ventilação e entrada de luz.

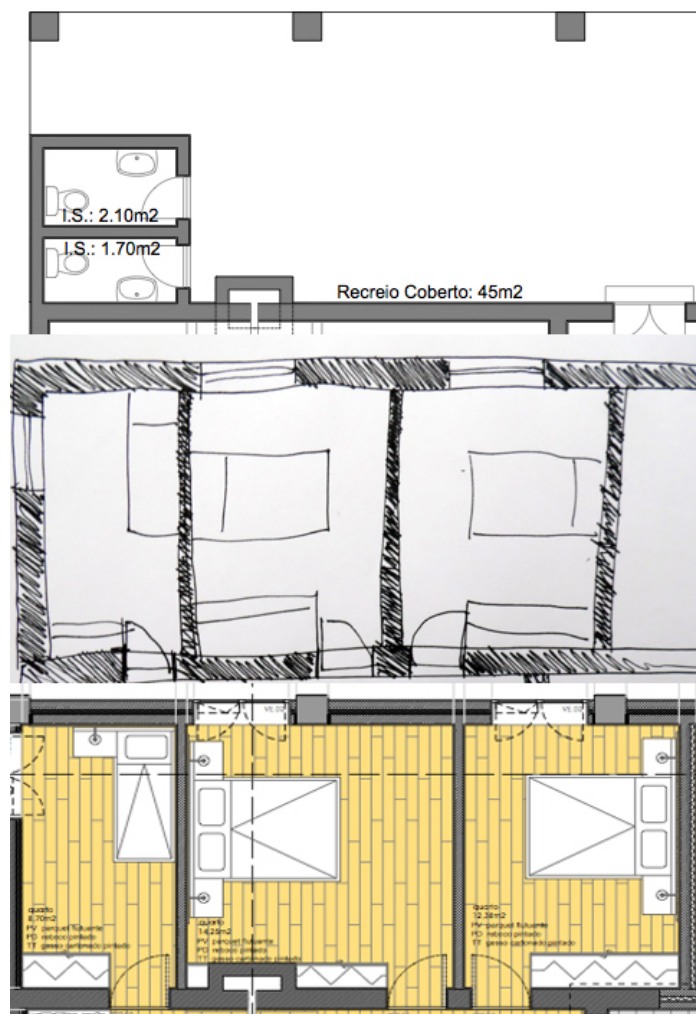


Figura 35 - T3 - Processo de desenvolvimento, quartos

Atualmente o pátio é composto por materiais pobres, como o pavimento em cimento e as paredes pintadas de branco.

### Pátio atualmente

Área	<b>47,23 m<sup>2</sup></b>
Pavimento	<b>Material</b> Pavimento em cimento;
Parede	<b>Material</b> Reboco pintado de Branco;
Teto	<b>Material</b> Reboco pintado de Branco;

**Quarto 1, proposta**

(da esquerda para a direita)

Área	<b>8,70 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Parquet flutuante, Leroy Merlin, Aéro Cerejeira Cherry;
Parede	<b>Material</b>	Gesso cartonado pintado de branco; Encostado a cama painel de estilo boefloor;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

**Quarto 2, proposta**

(da esquerda para a direita)

Área	<b>14,25 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Parquet flutuante, Leroy Merlin, Aéro Cerejeira Cherry;
Parede	<b>Material</b>	Gesso cartonado pintado de branco; Encostado a cama painel de estilo boefloor;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

**Quarto 3, proposta**

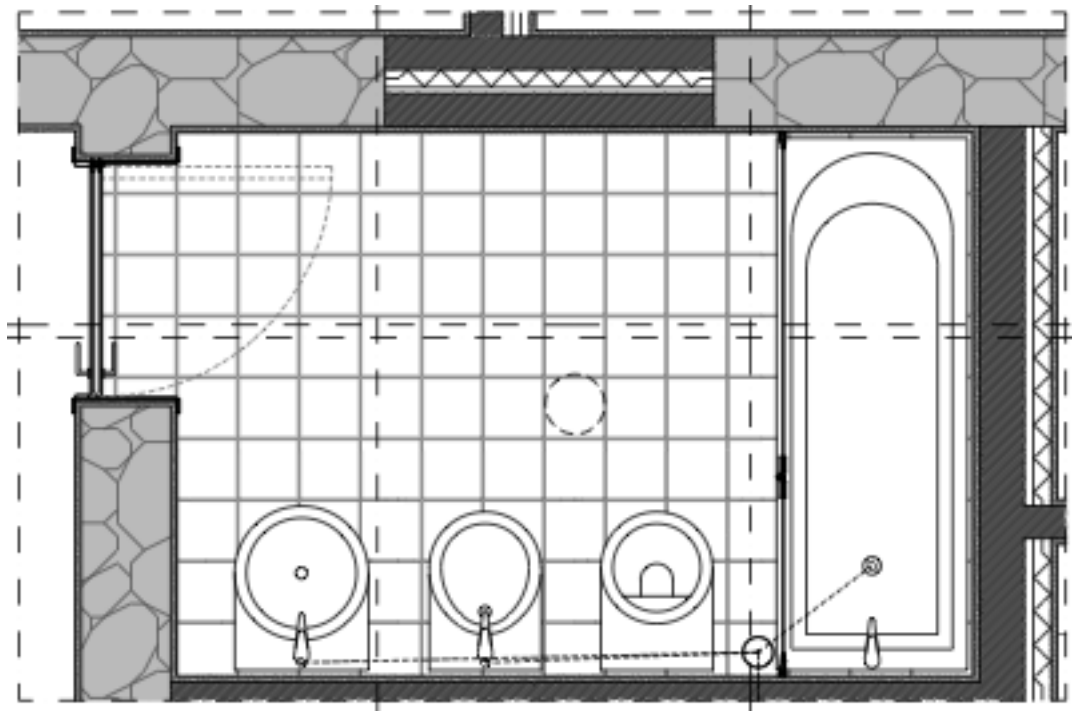
(da esquerda para a direita)

Área	<b>12,38 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Parquet flutuante, Leroy Merlin, Aéro Cerejeira Cherry;
Parede	<b>Material</b>	Gesso cartonado pintado de branco; Encostado a cama painel de estilo boefloor;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

A resultante da proposta dos quartos compreende agora um espaço com um total de 35,33 m<sup>2</sup>. Os 11,90 m<sup>2</sup> que sobram da área total do pátio pertencem a outra divisão da tipologia T2. Ao substituímos os materiais existentes por

materiais mais nobres, originou um espaço mais acolhedor. A escolha do parquet é devida às suas características que proporcionam um local mais quente, sólido e ritmado. Continuamos com o gesso cartonado nas paredes de modo a proporcionar um espaço mais limpo e claro. O painel em madeira cria um espaço mais acolhedor ao local reforçando a ideia de uma casa em zona de floresta, montanha como é o caso.

As instalações sanitárias que resultam do restante espaço aproveitado do hall de entrada constituem a restante tipologia. Do espaço resultante surgem duas instalações sanitárias, sendo uma completa.



*Figura 36 - T3 - Instalação sanitária, completa*

### Instalação sanitária, completa

Área	<b>5,10 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento cerâmico Cinca branco mate, 20x20 cm;
Parede	<b>Material</b>	Azulejos Português Newterracota, Heritage 007 10x10 cm; Revestimento em Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso em madeira estilo bofloor;
Sanita	<b>Tipo</b>	Sanidusa compacta NAU DC;
Lavatório	<b>Tipo</b>	Sanidusa Reflex;
Bidé	<b>Tipo</b>	Sanidusa NAU;
Banheira	<b>Tipo</b>	Sanidusa Aveiro;

A instalação sanitária referida na figura 35, corresponde a uma casa de banho completa que compreende os requisitos para um T3. A escolha dos materiais, como já foi referido anteriormente é devido à ligação com o passado.

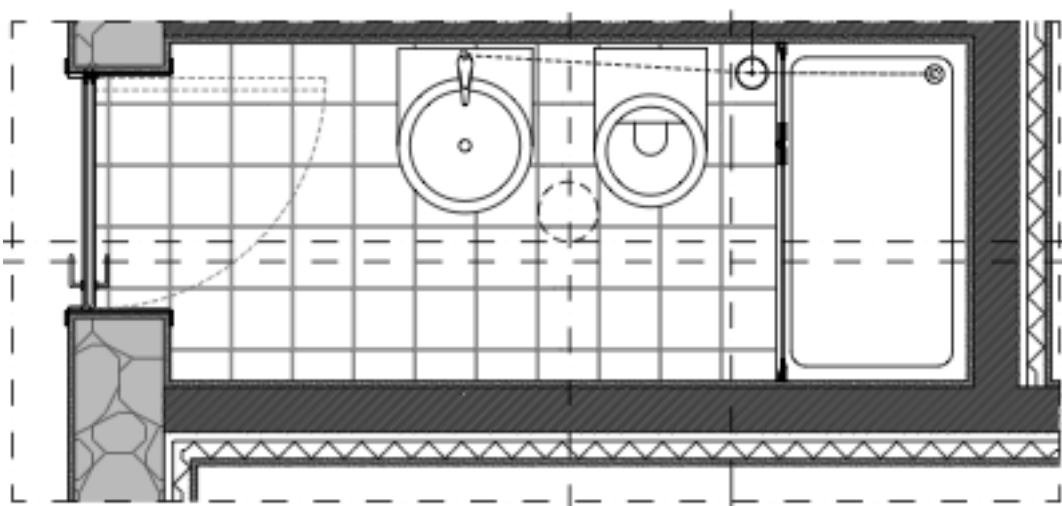


Figura 37 - T3 - Instalação sanitária

## Instalação sanitária

Área	<b>3,25 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento cerâmico Cinca branco mate, 20x20 cm;
Parede	<b>Material</b>	Azulejos Português Newterracota, Heritage 007 10x10 cm; Revestimento em Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso em madeira estilo boefloor;
Sanita	<b>Tipo</b>	Sanidusa compacta NAU DC;
Lavatório	<b>Tipo</b>	Sanidusa Reflex;
Base	<b>Tipo</b>	Sanidusa extra large;

A instalação sanitária referida na figura 36, corresponde a uma casa de banho que completa a casa de banho principal, a escolha dos materiais como já foi referido anteriormente é devido à ligação com o passado.

Com este último elemento, composto uma tipologia T3 com uma área total de 89,18 m<sup>2</sup> que compreende todos os requisitos necessários para habitação.

A seguida fração habitacional de tipologia T2, é o espaço à direita do edifício. A organização espacial do edifício originou uma habitação composta por 2 quartos, 2 instalações sanitárias, sala e cozinha.

A sala, a cozinha, um quarto e uma saca de banho utilizam o espaço que outrora foi uma sala de aula. Concebemos novos elementos de divisão de espaço, uma parede em alvenaria para a divisão entre o quarto e a cozinha, uma parede que divide o quarto da casa de banho, uma parede que divide a casa de banho das circulações e uma barreira de vidro de forma a compreendermos o espaço da sala e da cozinha. A salamandra que existia foi restaurada e reutilizada e colocada no local original.

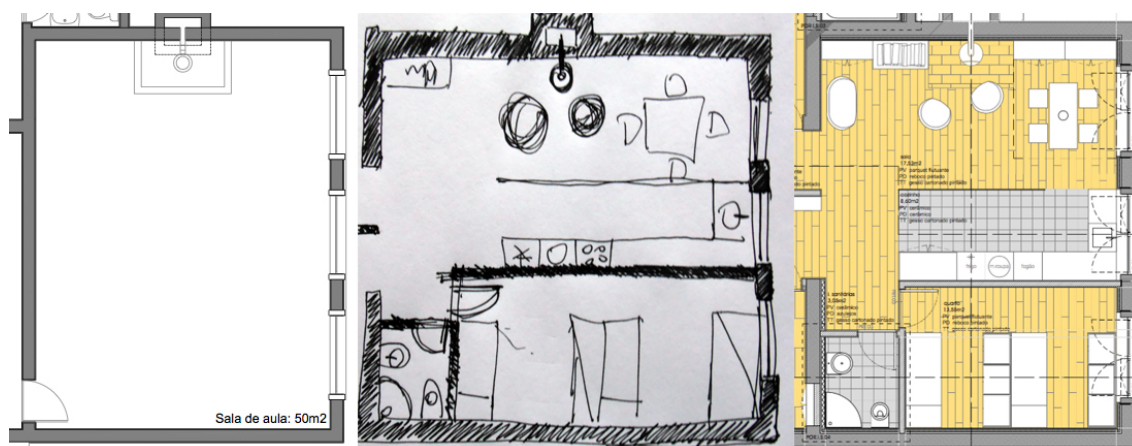


Figura 38 - T2 - Processo de desenvolvimento, sala, cozinha, quarto e wc

### Sala de aula atualmente

Área	<b>50 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento em taco de madeira, (muito desgastado);
Parede	<b>Material</b>	Reboco pintado de Branco;
Teto	<b>Material</b>	Reboco pintado de Branco;

### Proposta, sala de estar

Área	<b>17,53 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Parquet flutuante, Leroy Merlin, Aéro Cerejeira Cherry;
Parede	<b>Material</b>	Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

**Proposta, cozinha**

Área	<b>8,60 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento cerâmico preto, Leroy Merlin (imitação xisto), 20x20 cm;
Parede	<b>Material</b>	Divisão em vidro; Azulejo Português Newterracota, refugado dos modelos Heritage 10x10 cm; Revestimento em Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

A organização da sala e da cozinha é diferente da habitação anterior, reparamos que a cozinha e a sala foram localizadas no centro fazendo a circulação à sua volta. Neste caso a cozinha e a sala também estão ao centro, mas devido à criação de um quarto, não existe circulação em seu redor. A antiga sala de aula agora dividia em quatro espaços, sala de estar, cozinha, quarto e casa de banho compreendem o espaço total da sala de aula de 20 m<sup>2</sup> de modo a proporcionar um ambiente cómodo e harmonioso. A escolha dos materiais como já foi referida anteriormente é devido à ligação com o passado.

**Quarto, proposta**

Área	<b>13,55 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Parquet flutuante, Leroy Merlin, Aéreo Cerejeira Cherry;
Parede	<b>Material</b>	Gesso cartonado pintado de branco; Encostado a cama painel em madeira;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

De forma a economizar espaço utilizamos mobiliário adequado para proporcionar o conforto e a privacidade de dois quartos em um só. A escolha

dos materiais como já foi referida anteriormente é devido a ligação com o passado e ao local montanhoso.

O quarto principal da habitação, segundo já foi mencionado anteriormente, acomoda 1/4 da área restante do pátio coberto, que corresponde ao quarto e instalação sanitária.

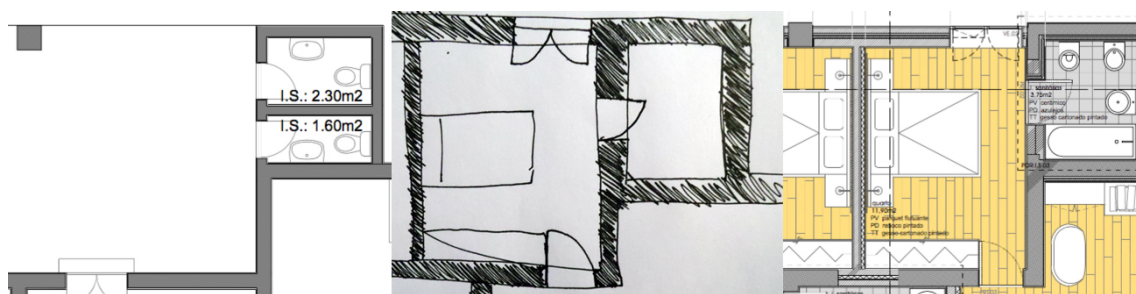


Figura 39 - T2 - Processo de desenvolvimento, quarto c/ i.s.

### Suite, proposta

Área	<b>11,90 m<sup>2</sup></b>
Pavimento	<b>Material</b> Pavimento cerâmico preto, Leroy Merlin (imitação xisto), 20x20 cm;
Parede	<b>Material</b> Gesso cartonado pintado de branco; Encostado a cama painel de estilo bolefloor;
Teto	<b>Material</b> Teto falso gesso cartonado pintado de branco;

As instalações sanitárias em relação às da habitação adjacente estão separadas devido à organização do espaço. A distribuição fez com que originasse uma casa de banho completa para o quarto principal e outra de serviço para a sala e cozinha, servindo também o quarto contíguo.

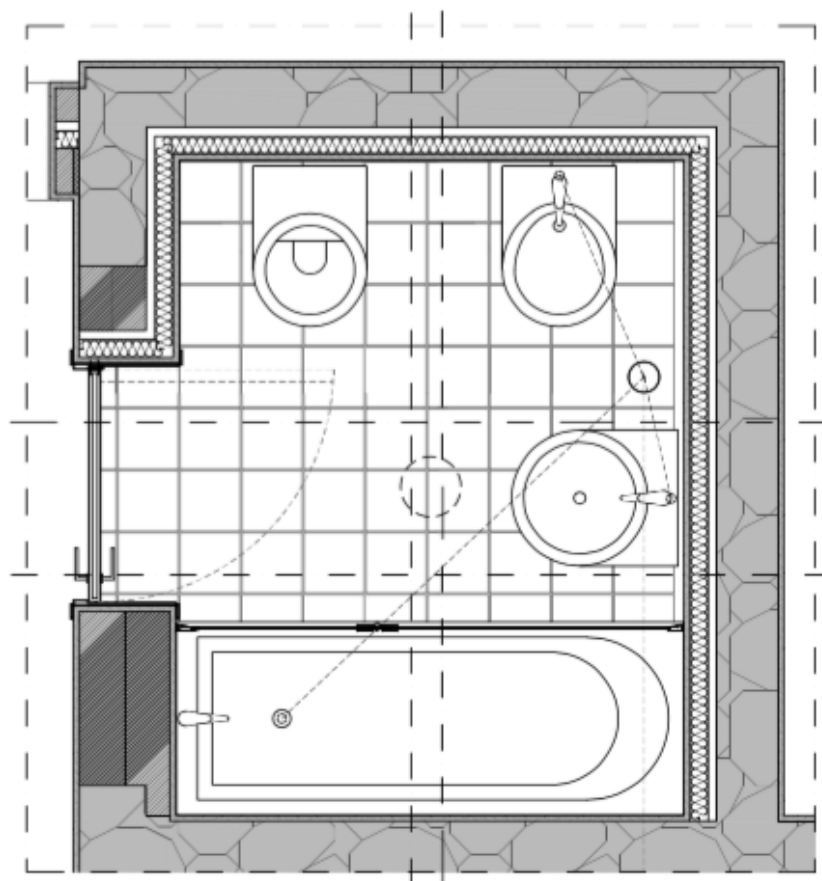


Figura 40 - T2 - Instalação sanitária, completa

### Instalação sanitária, completa

Área	<b>3,75 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento cerâmico Cinca branco mate, 20x20 cm;
Parede	<b>Material</b>	Azulejos Português Newterracota, Heritage 007 10x10 cm; Revestimento em Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso em madeira estilo bofloor;
Sanita	<b>Tipo</b>	Sanidusa compacta NAU DC;
Lavatório	<b>Tipo</b>	Sanidusa Reflex;
Bidé	<b>Tipo</b>	Sanidusa NAU;
Banheira	<b>Tipo</b>	Sanidusa Aveiro;

A instalação sanitária referida na figura 39, corresponde a uma casa de banho completa que compreende os requisitos para um T2. A escolha dos materiais, como já foi referido anteriormente é devido à ligação com o passado.

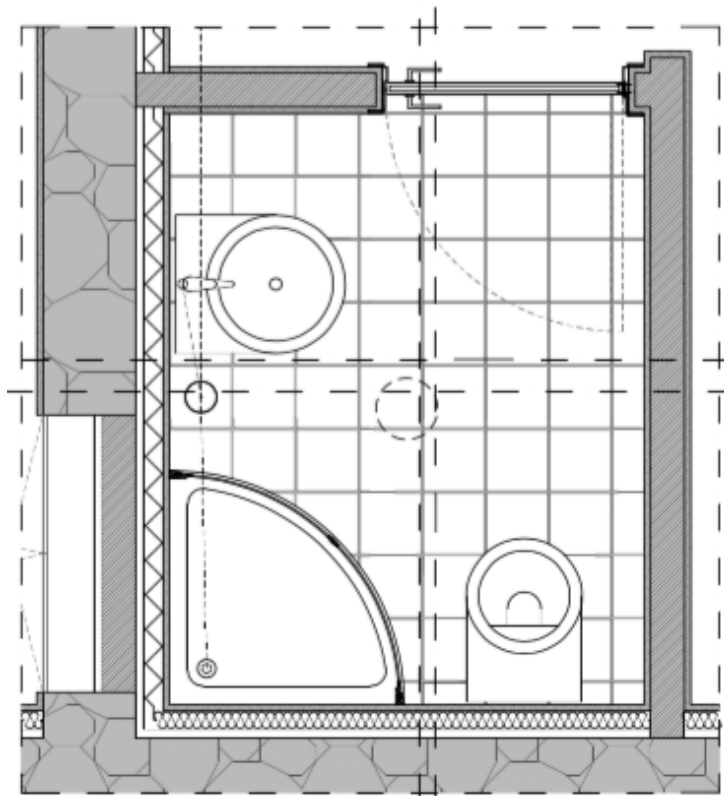


Figura 41 - T2 - Instalação sanitária, serviço

### Instalação sanitária

Área	<b>3,25 m<sup>2</sup></b>	
Pavimento	<b>Material</b>	Pavimento cerâmico Cinca branco mate, 20x20 cm;
Parede	<b>Material</b>	Azulejos Português Newterracota, Heritage 007 10x10 cm; Revestimento em Gesso cartonado pintado de branco;
Teto	<b>Material</b>	Teto falso em madeira estilo bolefloor;
Sanita	<b>Tipo</b>	Sanidusa compacta NAU DC;
Lavatório	<b>Tipo</b>	Sanidusa Reflex;
Base	<b>Tipo</b>	Sanidusa duche quadra;

A instalação sanitária referida na figura 40, corresponde a uma casa de banho que completa a casa de banho principal.

Com este último elemento, composto por uma tipologia T2, com uma área total de 69,18 m<sup>2</sup> que compreende todos os requisitos necessários para uma habitação.

### 8.2.2 Alçados do edifício

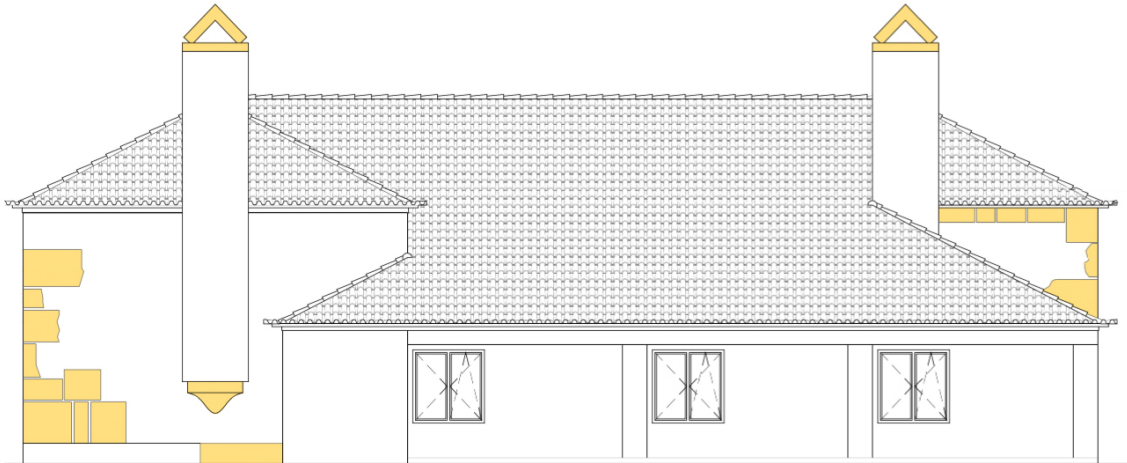
Os alçados do edifício respeitam as linhas originais do edifício, propomos um tratamento das fachadas, retocando o reboco e uma nova pintura a branco. As pedras terão de ser lavadas e tratadas de forma a resultarem num estado quase novo.

Os vãos antigos em madeira das fachadas serão substituídos por novos em alumínio, de cor vermelha, de forma a combater as pontes térmicas.

O alçado a norte será o que terá uma maior intervenção. Propomos a criação de uma parede em alvenaria de forma a fechar o edifício e a criação de vãos de forma a iluminar e ventilar as divisões interiores do edifício.



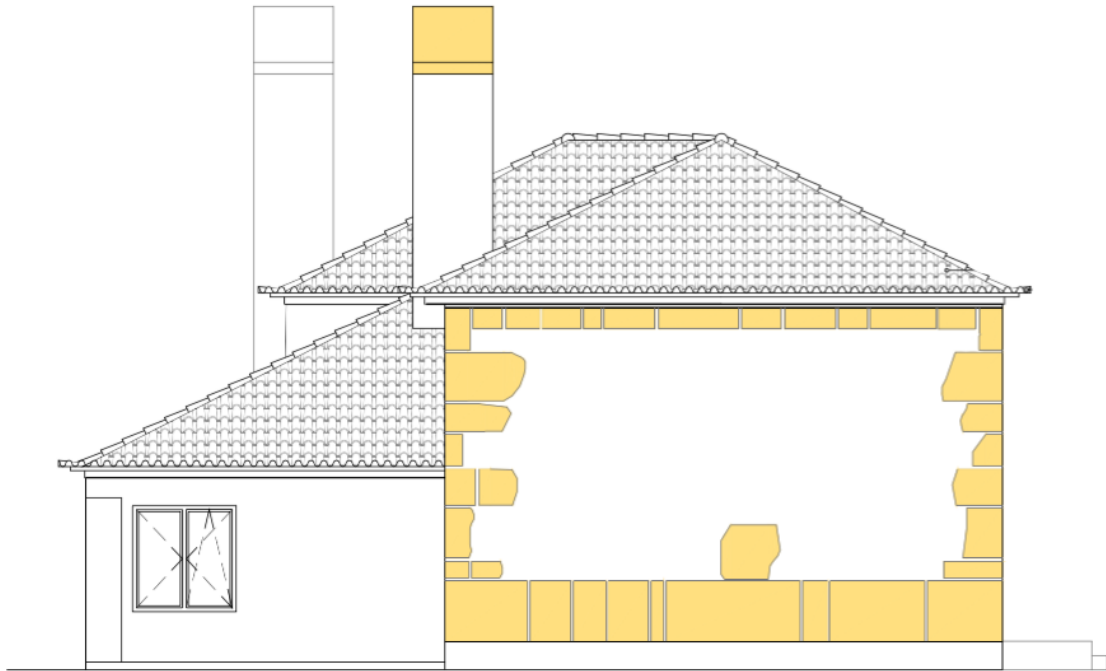
*Figura 42 - Proposta - Alçado principal, (Sul) sem escala*



*Figura 43 - Proposta - Alçado tardoz, (Norte) sem escala*



*Figura 44 - Proposta - Alçado lateral direito, (Este) sem escala*



*Figura 45 - Proposta - Alçado lateral esquerdo, (Oeste) sem escala*

Ao observarmos os desenhos técnicos reparamos que a sua forma original foi mantida respeitando o existente.

### 8.2.3 Arranjos exteriores

Em virtude do presente estado dos arranjos exteriores que formam a implantação do edifício, é necessário proceder a um plano de intervenção de forma a transformar o espaço árido num local agradável.

Como o edifício tem uma forma muito rígida e estática, notamos que precisava de algo dinâmico, algo que desse uma noção de movimento e harmonia do local com o edifício.

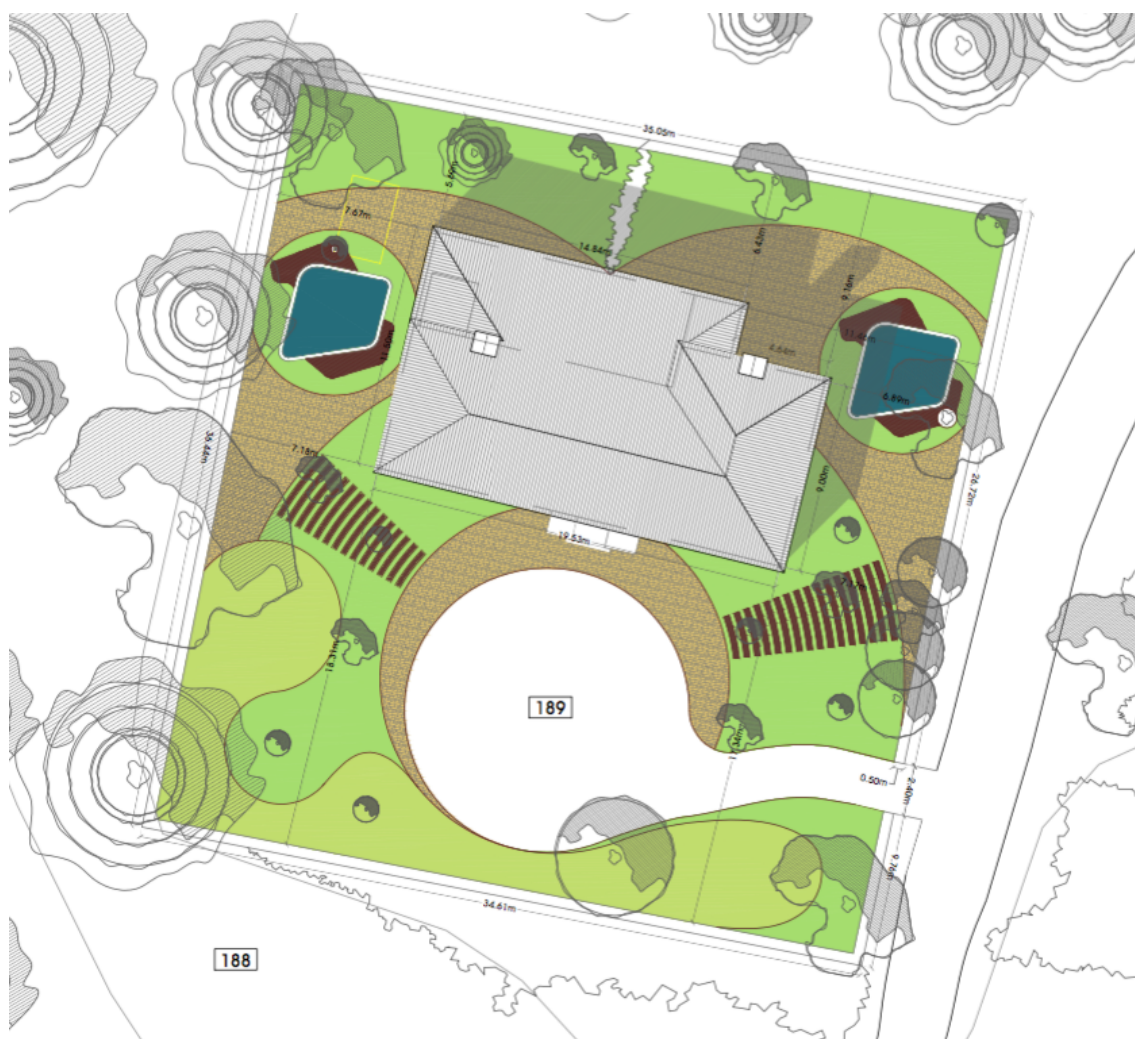


Figura 46 - Proposta - Arranjos exteriores

Ao observarmos a figura 45, conseguimos ver uma certa simetria entre o lado esquerdo e o espaço mais a direita. Como o edifício tem uma postura muito formal a ideia principal era conceber um espaço de forma a criar uma circulação para os veículos dos moradores do edifício e, a partir dessa zona crescerem os restantes elementos que completam a envolvente do lugar. O principal propósito é criar uma ligação entre o edifício e o local, onde as linhas de composição do terreno nascem a partir do edifício delimitando os espaços, entre a zona da piscina, jardim, horta e estacionamento, criando assim um espaço harmonioso entre o edifício e o espaço.

## **9. NOTAS CONCLUSIVAS**

## 9.1 Conclusão

Pela observação dos aspetos analisados nesta dissertação, entende-se que os Postos de Ensino foram criados com um fim de uso e exclusivo para o ensino primário em Portugal. Devido à queda em 1974 do Estado Novo e também devido ao evoluir das tipologias de ensino e das infraestruturas que o suportam, maior parte dos postos de ensino foram deixados sem qualquer função.

Posto estes acontecimentos, com o desenrolar dos anos e o fator de o ensino se ter deslocado para novas instalações, a maioria dos postos de ensino foram tornando-se profligações. Porém, uma crise financeira surgiu neste paradigma de mudança, numa altura onde era necessário renovar e criar novas instalações como Juntas de freguesias, Postos de saúde nas localidades mais distantes dos hospitais, espaço de convívio, hot spot's de internet e entre outros. Diante dos acontecimentos expostos, surgiram novos interesses em reaproveitar, reabilitar e reutilizar os antigos postos de ensino, visto que edificar novas instalações seria um encargo fiscal muito pesado para a época. Dado o exposto, os restantes postos de ensino, onde não teriam intervenção, devido a não serem necessários para os novos planos do estado, foram vendidos com o intuito de gerar verbas para a reabilitação de outros. Entre estes surgiram novas formas de ocupar o espaço, e uma das soluções que se estudou na dissertação foi a adaptação para habitação. Por todos estes aspetos, e a história que formam os postos de ensino, foi imprescindível procurar e desenvolver soluções onde não se decompusesse a forma do edifício original, apenas intervindo no interior reabilitando todos os elementos originais do edifício.

Por conseguinte, apesar da proposta da dissertação ser uma vertente viável para a adaptação da habitação no posto de ensino mencionado na presente tese, ao observarmos numa visão geral, os restantes postos de ensino, conseguimos ter uma ligeira noção dos intervenientes que possam surgir na elaboração de novas propostas. Contudo, alcançaríamos uma proposta de habitação viável, visto que a configuração dos postos de ensino é

determinadamente similar entre todos, quase como se estivessem interligados, formando um só propósito.

## **10. BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Pedro Vieira de, ARQUITETURA NO ESTADO NOVO: UMA LEITURA CRÍTICA, editado por; Livros Horizonte, Lisboa, 2002

CARVALHO, Carla Andreia Galvão de, A EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR PORTUGUESA: AS ESCOLAS PRIMÁRIAS DESDE FINAIS DO SÉCULO XIX ATÉ À CONTEMPORANEIDADE, editado por; Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitectura e Artes

CALDEIRÃO, Teresa, ARQUITETURA COMO PROPAGANDA DO ESTADO NOVO, editado por; Universidade da Beira Interior, Covilhã 2013

Consulta on-line;

<http://www.jf-beiraldolima.com/?m=historia&id=1415>

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Consulta on-line;

<https://dre.pt/>

EDITORA, Companhia Nacional, PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR (1953), editado por; Companhia Nacional Editora

FERNANDES, Fátima e CANNATÀ, Michele, REVAMPED LANDSCAPE, editado por; Caleidoscópio\_Edição e Artes Gráficas, S.A.

FETEIRA, João Pedro Frazão Silva, O PLANO DOS CENTENÁRIOS - AS ESCOLAS PRIMÁRIAS (1941 - 1956), editado por; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

FLORES, Victor Manuel Esteves, MINIMALISMO E PÓS-MINIMALISMO, editado por; Livros LabCom.

PIMENTA, Paulo Sérgio Pereira, A ESCOLA PORTUGUESA, editado por; Universidade do Minho.

PROENÇA, Maria Cândida, HISTORIA: O ESTADO NOVO: MATERIAIS PARA PROFESSORES, editado por; Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1997

POUCA, Ricardo Pires Vila, ESCOLAS PRIMÁRIAS - EDIFÍCIOS COM PROPÓSITO, editado por; Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura

TOLEDO, Luiz Carlos, VRCIBRADIC, Petar e NATIVIDADE, Verônica, REPENSANDO AS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, editado por; João Baptista Pinto.

Consulta on-line;

[https://issuu.com/letracapital/docs/repensando\\_as\\_habita\\_\\_\\_es](https://issuu.com/letracapital/docs/repensando_as_habita___es)

TORRES, Filipe Manuel Carvalho, ANÁLISE TÉCNICO-ECONÓMICA DAS SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS UTILIZADAS NA REABILITAÇÃO DE ESCOLAS, Mestrado Integrado em Engenharia Civil 2011/2012, editado por; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

## **11. ANEXOS**

## **11.1 Anexo I . Decreto-lei de 29 de Março de 1911**

### **Decreto n.º 9:223 da Direção Geral da Instrução Pública**

29 de março de 1911

- Estabelece duas categorias de ensino: infantil e primário. Ensino infantil: nenhuma criança se poderá matricular nesta categoria de ensino, que durará três anos, antes dos quatro anos de idade. Ensino primário: abrange três graus - elementar, complementar e superior.  
No grau elementar, que durará três anos, nenhuma criança se poderá matricular com menos de sete anos.  
No grau complementar que durará dois anos, nenhuma criança se poderá matricular com menos de dez anos.  
No grau superior, que durará três anos, ninguém se poderá matricular com menos de doze anos e sem o exame do curso complementar. O ensino primário elementar (três anos) é obrigatório para todas as crianças, de ambos os sexos, cuja idade esteja compreendida entre os sete e os catorze anos. Esta obrigatoriedade termina com o exame do grau elementar.

## **11.2 Anexo II . Decreto-lei de 29 de Setembro de 1919**

### **Decreto n.º 6:137 da Ministério da Instrução Pública**

29 de setembro de 1919

- Aprova o regulamento do ensino primário e normal. Conservando grande parte do articulado da anterior reforma, institui o ensino primário geral, de cinco anos, de frequência obrigatória, seguindo-se o ensino primário superior, de três anos.

### **11.3 Anexo III . Decreto-lei de 17 de Maio de 1927**

#### **Decreto n.º 13:619 do Ministério da Instrução Pública**

17 maio de 1927

Considera o ensino primário dividido em três categorias:

Ensino infantil, para ambos os sexos, dos quatro aos sete anos de idade.

Ensino primário elementar, para ambos os sexos, dos sete aos onze anos de idade.

Ensino primário complementar, para ambos os sexos, dos onze aos treze anos de idade.

O ensino primário elementar é obrigatório para ambos os sexos, podendo ser admitidos à sua frequência os alunos que excedem em dois anos a idade estabelecida como normal para a matrícula.

### **11.4 Anexo IV . Decreto-lei nº 38 968 de 27 de Outubro de 1952**

#### **Decreto-Lei n.º 38 968 do Ministério da Educação Nacional**

27 de outubro de 1952

É obrigatória a instrução primária até aprovação no exame do ensino elementar para todos os que, em 31 de Dezembro de cada ano, tenham sete ou mais anos de idade e menos de treze.

É proibido às entidades patronais de comércio e indústria a admissão nos seus quadros de indivíduos com menos de dezoito anos e sem a habilitação do exame do ensino primário elementar, sendo exceção as atividades agrícolas e domésticas, achando-se prematuro para estas atividades.

O Ministro das Corporações e Previdência Social tem poderes para proibir o ingresso em profissão ou em quaisquer classes ou categorias profissionais aos que não possuam exame da 3.<sup>a</sup> classe ou da 4.<sup>a</sup> classe do ensino primário, qualquer que seja a sua idade.

A partir de 1 Janeiro de 1954, não pode ser admitido a exame de condutores de veículos quem não possua, como habilitação mínima, o exame da 3.<sup>a</sup> classe.

Passa a exigir-se a habilitação mínima da 3.<sup>a</sup> classe do ensino primário para o ingresso nos serviços do Estado e outras instituições.

Retoma o princípio definido na Lei n.º 1:960, em que os mancebos incorporados em todos os ramos das Forças Armadas não poderão passar à disponibilidade sem obterem a habilitação correspondente ao exame do ensino primário elementar (a partir de 1954).

A partir de 1 de Janeiro de 1955, os indivíduos com mais de catorze anos e menos de trinta e cinco anos de idade não têm autorização para emigrar sem a habilitação mínima da 3.<sup>a</sup> classe, salvo os anormais que acompanhem os seus ascendentes.

A requerimento de qualquer entidade pública ou privada, podem ser criados cursos de ensino primário elementar, designados por «cursos de educação de adultos».

## **11.5 Anexo V . Decreto-lei nº 38 969 de 17 de Maio de 1927**

### **Decreto n.º 38 969 do Ministério da Educação Nacional**

27 de outubro de 1952

O ensino primário elementar é obrigatório para os menores que em 31 de Dezembro tenham idade igual ou superior a sete anos e inferior a catorze anos. Pode ser autorizada a matrícula de menores que completem os sete anos entre 1 de Janeiro e 7 de Outubro do ano seguinte.

São dispensados da obrigação de frequentar o ensino primário:

os incapazes por doença ou defeito orgânico ou mental, mas, se tiverem condições de receber ensino em classes especiais, são obrigados a frequentar estas classes desde que as haja a menos de 3 km,

os que residam a mais de 3 quilómetros de escola oficial e particular gratuita, desde que não lhes seja assegurado transporte gratuito.

## 11.6 Anexo VI. Plano dos Centenários

“Dada a urgência de iniciar os trabalhos, Duarte Pacheco teve a intenção de rapidamente iniciar a construção de 200 edifícios em todo o país. Assim, cada Direção Regional, da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, estudaria a localização de 50 escolas. Como os novos projetos ainda não estavam prontos, foram construídos, conforme a região, os projetos tipo Rogério de Azevedo e Raul Lino com as alterações exigidas pelo Plano, isto é, os edifícios com mais de 1 sala seriam geminados de forma a poderem garantir a separação total dos sexos. Alguns pormenores das fachadas também foram simplificados.

Os projetos tipo Rogério de Azevedo e Raúl Lino fazem parte dos projetos tipo regionalizados, desenvolvidos pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1935, e destinados a serem construídos em série de harmonia com as características da arquitetura regional, impostas não só pela aplicação dos materiais próprios dessas regiões, como também pelas variações do clima.

Os projetos da autoria do arquiteto Rogério de Azevedo eram destinados às regiões do Norte e Centro do país. Existem soluções para 1, 2, 2 sobrepostas, 3 e 4 salas de aula. As soluções de 3 e 4 salas de aula desenvolvem-se em 2 pisos. É usada sempre a mesma planta, em L, variando o aspeto exterior conforme a região. Conhecem-se seis tipos, resultando em 32 soluções: tipo Minho (Tijolo); tipo Alto Minho (Granito); tipo Douro (Granito); tipo Beira Alta (Granito); tipo Beira Litoral (Cantarias); tipo Trás-os-Montes (Xisto).

Os projetos da autoria do arquiteto Raul Lino eram destinados às regiões do Sul do país. Existem soluções para 1, 2, 3 e 4 salas de aula. As soluções de 3 e 4 salas desenvolvem-se em 2 pisos. É usada sempre a mesma planta, variando o aspeto exterior conforme a região: tipo Estremadura (Cantaria); tipo Alentejo e Algarve (Tijolo); tipo Algarve.”

Fonte: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/os-edificios-escolares-do-plano-dos-centenarios/as-primeiras-escolas-do-plano-dos-centenarios/>

## **11.7 Anexo VII . Direcção-Geral das Construções Escolares**

### **Decreto n.º 49 169 do Ministério da Habitação e das Obras Públicas** 5 de agosto de 1969

Os estudos, projectos e obras de construção, ampliação e conservação de edifícios escolares estão a cargo de vários serviços do Ministério das Obras Públicas, cada um dedicado a certo grupo de estabelecimentos ou a tarefas de dada natureza.

A construção de todos os edifícios do ciclo preparatório do ensino secundário, do ensino liceal e do ensino técnico profissional (secundário e médio), bem como o respectivo apetrechamento inicial, incumbe à Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, organismo de carácter eventual criado em 1928 sob a designação de Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário.

As obras dos planos da Cidade Universitária de Lisboa e da Universidade do Porto pertencem à Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, que é sucessora da comissão encarregada em 1933 de dirigir a construção dos hospitais escolares de Lisboa e Porto e por isso tem também presentemente o encargo de projectar e construir as escolas e lares de enfermagem junto daqueles hospitais.

As obras da Cidade Universitária de Coimbra são dirigidas por uma outra comissão administrativa, também autónoma e de carácter temporário, criada em 1941.

A construção de escolas primárias e cantinas e a sua conservação periódica são da competência da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias, dependente da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

À mesma Direcção-Geral, pelas suas Direcções dos Serviços de Construção e de Conservação, cabe a importante tarefa de executar as obras de ampliação e

conservação dos edifícios escolares construídos por todos os outros organismos, bem como a construção de escola do magistério primário e de residências de estudantes do ensino secundário.

São notórios os inconvenientes do sistema, pois, além de dificultar a coordenação de estudos e trabalhos, não permite aproveitar convenientemente os meios materiais e humanos existentes, que, em vez de dispersos por cinco organismos, convém reunir num só departamento devidamente estruturado e com um quadro permanente de pessoal. Na verdade, o carácter eventual dos organismos atrás referidos não tem hoje justificação perante a vasta e permanente tarefa de construir, apetrechar e conservar as instalações dos vários graus e ramos de ensino.

Assim se cria, nos termos do presente diploma, a Direcção-Geral das Construções Escolares, que permitirá, como é intenção do Governo, intensificar, com sensíveis economias, o ritmo de construção de instalações escolares e o seu apetrechamento.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.<sup>a</sup> parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no Ministério das Obras Públicas a Direcção-Geral das Construções Escolares, para a qual transitam as funções dos seguintes organismos, que são extintos: Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário;

Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias; Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, e Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Art. 2.º Compete à Direcção-Geral das Construções Escolares o estudo, projecto, construção, ampliação, restauro, conservação e apetrechamento dos edifícios escolares de todos os graus e ramos de ensino, das residências de professores e estudantes, das instalações desportivas e culturais dos organismos circum-escolares e de outras instalações compreendidas nos planos de construções escolares aprovados pelo Governo.

Art. 3.º - 1. A Direcção-Geral das Construções Escolares disporá dos seguintes serviços técnicos e administrativos:

Gabinete de Estudos e Planeamento;

Direcção das Instalações Universitárias, compreendendo:

- Divisão de Estudos e Projectos;
- Divisão de Construção e Conservação;
- Secção de Expediente Técnico.

Direcção das Instalações para o Ensino Secundário e Médio, compreendendo:

- Divisão de Estudos e Projectos;
- Divisão de Construção e Conservação;
- Secção de Expediente Técnico.

Direcção das Instalações para o Ensino Primário, compreendendo uma Divisão Técnica e uma Secção de Expediente Técnico;

Divisão de Electrotecnia e Mecânica;

Repartição dos Serviços Administrativos, compreendendo:

- Secção de Contabilidade;
- Secção de Expediente Geral e Pessoal.

Direcções externas do Norte, do Centro, de Lisboa e do Sul, com sedes, respectivamente, no Porto, em Coimbra, em Lisboa e em Évora.

2. O Ministro das Obras Públicas determinará, por despacho, os distritos abrangidos por cada direcção externa.

Art. 4.º Será das atribuições do Gabinete de Estudos e Planeamento estudar de forma permanente os problemas relacionados com o projecto, construção, apetrechamento e métodos de utilização dos edifícios escolares, em ordem a obter as soluções mais adequadas às exigências pedagógicas e construtivas, dentro do melhor aproveitamento dos recursos financeiros.

Art. 5.º - 1. Junto da Direcção-Geral das Construções Escolares funcionará um conselho orientador, com a seguinte constituição:

- O director-geral, que servirá de presidente;
- O subdirector-geral;
- Os directores dos serviços e o director do Gabinete de Estudos e Planeamento;
- Um ajudante do procurador-geral da República;

- Um representante da Direcção-Geral da Contabilidade Pública;
- Um representante de cada uma das Universidades da metrópole;
- Um representante da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes;
- Um representante da Direcção-Geral do Ensino Liceal;
- Um representante da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional;
- Um representante da Direcção-Geral do Ensino Primário;
- Um representante da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar;
- Um representante da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário;
- Um representante do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa;
- Um arquitecto especializado em construções escolares;
- O chefe da Repartição dos Serviços Administrativos, que servirá de secretário, sem voto.

2. Cabe aos Ministros da Justiça, das Finanças, da Educação Nacional e das Obras Públicas designar, respectivamente, os vogais a que se referem as alíneas d), e), f) a m) e n).

3. O conselho poderá funcionar por secções cuja composição será fixada por despacho do Ministro das Obras Públicas.

4. Os vogais do conselho, com excepção dos funcionários da Direcção-Geral das Construções Escolares, têm direito a uma gratificação mensal a fixar pelo Ministro das Obras Públicas, com o acordo do Ministro das Finanças.

Art. 6.º O quadro do pessoal da Direcção-Geral das Construções Escolares será o constante do mapa anexo a este diploma.

Art. 7.º Para além dos previstos no artigo 3.º do Decreto-Lei 48498, de 24 de Julho de 1968; são providos por escolha do Ministro das Obras Públicas os seguintes lugares:

Subdirector-geral - entre os directores de serviços, o director do Gabinete de Estudos e Planeamento, os engenheiros chefes de divisão e os engenheiros-chefes do quadro;

Director do Gabinete de Estudos e Planeamento - entre engenheiros civis chefes de divisão e engenheiros civis ou arquitectos-chefes ou de 1.<sup>a</sup> classe do quadro ou entre engenheiros e arquitectos de reconhecida competência estranhos ao quadro.

Art. 8.º - 1. O primeiro provimento dos lugares do quadro aprovado por este diploma poderá ser feito:

De entre funcionários vitalícios e contratados dos quadros do Ministério;

De entre pessoal dos organismos referidos no artigo 1.º que à data da entrada em vigor deste diploma, e há mais de três anos, se encontre ao serviço, com boas informações, em regime de contrato ou sob qualquer outro título, e bem assim o que na mesma data exerça funções em regime de interinidade ou seja abonado por subsídios ou participações do Fundo de Desemprego.

2. O provimento previsto no número anterior resultará de lista aprovada pelo Ministro das Obras Públicas e publicada no Diário do Governo, donde conste o lugar em que cada funcionário fica provido.

3. Na elaboração da lista levar-se-ão em conta as habilitações e a antiguidade dos interessados, que serão providos em lugares de categoria correspondente à dos que estiverem ocupando e, tanto quanto possível, em classe correspondente àquela a que se encontrem equiparados, com dispensa de concurso e do limite de idade máximo para admissão em lugares de acesso.

4. A colocação do pessoal nos termos deste artigo e o abono dos respectivos vencimentos não dependem de qualquer formalidade, salvo a anotação das novas situações pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º - 1. Para preenchimento dos lugares vagos dos quadros que não sejam preenchidos ao abrigo do artigo anterior poderá o Ministro das Obras Públicas autorizar que sejam opositores facultativos nos respectivos concursos de promoção funcionários sem o tempo mínimo de serviço fixado no artigo 2.º do Decreto 27236, de 23 de Novembro de 1936.

2. O Ministro das Obras Públicas poderá utilizar a mesma faculdade para o preenchimento de quaisquer vagas, sempre que não haja funcionários, em número suficiente, como tempo mínimo de serviço referido na disposição anterior.

Art. 10.º Consideram-se válidos, mediante simples averbamento visado pelo Ministro das Obras Públicas, os contratos do pessoal que se encontre em serviço nos organismos extintos pelo presente diploma à data da sua entrada em vigor e que, não ingressando no quadro referido no artigo 6.º, transite, porém, para a Direcção-Geral das Construções Escolares e, bem assim, os contratos de prestação de serviço lavrados nos termos da legislação própria dos referidos organismos.

Art. 11.º É aumentado de duas unidades o número de engenheiros inspectores-gerais de obras públicas do quadro do Conselho Superior de Obras Públicas.

Art. 12.º Ingressa no quadro do Conselho Superior de Obras Públicas, como inspector-geral de obras públicas, o engenheiro que exerce atualmente o cargo de presidente da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário.

Art. 13.º Os encargos resultantes do presente diploma que não tenham cabimento nas dotações do Orçamento Geral do Estado serão suportados pelo Fundo de Desemprego.

Art. 14.º Cumprido que seja o disposto no n.º 2 do artigo 8.º, e enquanto não se concretizem as necessárias providências de carácter orçamental, poderão ser utilizadas, na satisfação dos encargos com pessoal resultantes do presente diploma, as disponibilidades das verbas orçamentais que vêm suportando os referidos encargos, bem como, em relação aos encargos resultantes do disposto no artigo 11.º, as disponibilidades existentes na verba orçamental consignada no orçamento do Ministério das Obras Públicas em execução ao pagamento do pessoal do quadro do Conselho Superior de Obras Públicas.

Art. 15.º - 1. Este decreto-lei entra em vigor no dia 1 de Outubro de 1969, transitando nessa data para a Direcção-Geral das Construções Escolares as obras a cargo dos organismos extintos, bem como todos os seus bens patrimoniais.

2. As obras a cargo propriamente da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais transitarão à medida que for determinado pelo Ministro das Obras Públicas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. - Marcello Caetano - João Augusto Dias Rosas - Rui Alves da Silva Sanches.